

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

As representações de Tiradentes durante a Ditadura Militar através das páginas do Correio do Povo, entre 1964 e 1968.

André Vinicius Quintana Marcuzzo

Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre, dezembro de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

André Vinicius Quintana Marcuzzo

As representações de Tiradentes durante a Ditadura Militar através das páginas do Correio do Povo, entre 1964 e 1968.

Trabalho de Conclusão de Curso de História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História

Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre, dezembro de 2012

*“Ambição gera injustiça.
Injustiça, covardia.
Dos heróis martirizados
nunca se esquece a agonia.
Por horror ao sofrimento,
ao valor se renuncia.*

*E, à sombra de exemplos graves,
nascem gerações oprimidas.
Quem se mata em sonho, esforço,
mistérios, vigílias, pressas?
Quem confia nos amigos?
Quem acredita em promessas?*

*Que tempos medonhos chegam,
depois de tão dura prova?
Quem vai saber, no futuro
o que se aprova ou reprova?
De que alma é que vai ser feita
essa humanidade nova?”*

(Cecília Meireles, Romanceiro
da Inconfidência).

AGRADECIMENTOS

O trabalho de conclusão de curso além de ser parte para concluir o curso de Licenciatura em História também marca o fim de parte importante da minha vida. Foram longos anos de graduação, de várias noites mal dormidas, longas horas de estudo ao lado de livros e polígrafos extensos, avaliações difíceis, muitas páginas escritas ao longo de todo esse tempo e também de risadas e descontração ao lado dos colegas.

Primeiramente, agradeço especialmente aos meus pais, Rosana Quintana Marcuzzo e Marcos Antônio Marcuzzo, por me apoiarem no período de dificuldades e de abrirem espaço ao ócio ao longo da graduação e da conclusão desse trabalho.

Ao meu irmão, Bruno Quintana Marcuzzo, apesar dos desentendimentos e da diferença de 12 anos nas nossas idades me diverte muito e ainda me permite o luxo de tentar ver o mundo através dos olhos de uma criança.

Quero agradecer a todos os professores do Ensino Fundamental e Médio que colaboraram de alguma forma com minha formação pessoal.

Agradeço a todos os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por partilharem seu conhecimento e me ajudarem na minha formação acadêmica e na minha formação pessoal. Agradeço a banca, constituída pelos professores Enrique Serra Padrós, René Gertz e Adolar Koch. Em especial atenção ao meu orientar Adolar Koch pela paciência e pelos conselhos.

Também agradeço a todos os colegas por me tolerarem e me deram boas horas de descontração e principalmente a Paulo Sérgio de Souza de Azevedo que se tornou um bom amigo e sempre se mostrou disposto a me ajudar durante todo o período.

Preciso agradecer a invenção e popularização dos computadores pessoais, sistemas operacionais e processadores de texto que ajudaram a redigir esse trabalho e tantos outros. Permitindo a edição de textos e não me obrigando a usar máquinas de escrever, onde não existe espaço ao erro, o que torna todo trabalho - além de intelectual - físico pelas horas despendidas e a dificuldade de digitar em teclas duras, seguido por um som alto característico dessas máquinas.

Ofereço um agradecimento especial aos contribuintes que ajudaram através da carga tributária financiar meus estudos desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior.

RESUMO

O presente trabalho apresenta ao leitor uma análise de diversas publicações presentes no Correio do Povo, no período entre 1964 a 1968, que apresentam diferentes imagens da representação de Tiradentes – considerado um herói – e os Inconfidentes Mineiros. O herói é representado de diferentes formas. O uso por parte da República procurava formar o herói como parte do universo simbólico que identificava os cidadãos como brasileiros. Desde então diferentes formas de representação tem sido utilizadas pelos governos como forma de legitimar o poder. Durante a Ditadura Militar, Tiradentes foi apropriado aos discursos militares. A presente análise busca pesquisar sobre a contribuição da construção e a memória da Inconfidência Mineira durante o período. A análise é dividida de acordo com os tipos de publicações encontradas no jornal a Ordem do Dia, redigido pelo exército brasileiro; o Correio Infantil, dirigido ao público infantil; a coluna Semana Política de Fay de Azevedo; notícias vinculadas ao tema e contribuições externas. Apesar de estarem presentes no mesmo jornal, cada parte é articulada de forma diferente e apresenta suas próprias construções acerca do protomártir. O marco cronológico marca a primeira fase da Ditadura Militar. Para tanto será necessário traçar um breve panorama histórico no período estudado.

Palavras-Chave: Tiradentes, Inconfidência Mineira, Correio do Povo, representação, Ditadura Militar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 A EXPERIÊNCIA DA CIDADANIA BRASILEIRA: AS REPRESENTAÇÕES DO SER CIDADÃO	19
1.1 CIDADANIA E IDENTIDADE.....	19
1.2 CIDADANIA COMO IDENTIDADE SOCIAL.....	21
1.3 CIDADANIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1968).....	25
2 “FÉ E LIBERDADE”: A REPRESENTAÇÃO DE TIRADENTES ATRAVÉS DA ORDEM DO DIA	31
3 PUBLICAÇÕES DO CORREIO DO POVO.....	40
3.1 EDITORIAIS: A VISÃO DE UM HERÓI ATRAVÉS DAS COLABORAÇÕES EXTERNAS	40
3.2 “VULTOS DE NOSSA HISTÓRIA”: EDITORIAL “SEMANA POLÍTICA” DE FAY DE AZEVEDO	42
3.3 “SACRIFÍCIOS”: TIRADENTES, O PATRONO DA POLÍCIA MILITAR	45
3.4 A CHARGE DO SOFRENILDO	46
4 UM HERÓI PARA AS CRIANÇAS: TIRADENTES NO CORREIO INFANTIL.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho consiste em analisar como o mito de Tiradentes é representado na imprensa gaúcha. Para tanto, iremos localizar o trabalho na análise das páginas do jornal *Correio do Povo* na primeira fase referente ao governo instaurado pelos militares, no período de 1964 a 1968.

O trabalho abarca duas temporalidades e contextos históricos distintos, tanto o evento ocorrido no Brasil colônia quanto sua representação no período da Ditadura Militar. O regime militar manteve-se durante 21 anos no poder. Para legitimar sua posição, era preciso tanto reprimir as forças subversivas quanto se aproximar da população e conseguir apoio.

Diversas estratégias foram utilizadas, tanto repressoras, como censura e tortura, quanto ético-morais, como a propaganda. As diretrizes que encaminharam os projetos de propaganda foram consolidadas durante o governo Médici. Uma das formas de aproximação foi a apropriação da Inconfidência Mineira e principalmente da figura de Tiradentes.

A propaganda ditatorial utilizava principalmente a televisão como mediador de seus discursos. Na imprensa, o uso de Tiradentes não foi a linha discursiva principal, apenas um pano de fundo. Tiradentes foi evocado em discursos políticos e ressaltado na imprensa principalmente no estado de Minas Gerais. No entanto, não devemos esquecer que uma de suas principais características é justamente a abrangência da aplicabilidade do mito.

Em todo território nacional sua imagem era utilizada nas escolas, por exemplo, em livros didáticos e manuais de moral e cívica. Para atingir toda a população não basta ocupar-se de perpetuar um mito político apenas nas novas gerações. Na imprensa, as publicações que remetiam a Tiradentes eram utilizadas tanto em discursos na *Ordem do dia* quanto em matérias que tratavam acerca do feriado de 21 de Abril, as quais buscavam, através da imagem dos inconfidentes, traçar uma linha sutil de legitimidade do regime.

A memória da Inconfidência já estava presente no imaginário coletivo, reproduzida a partir da história oficial. A utilização da imagem de Tiradentes baseia-se em um pensamento ético-moral de longa tradição e uma pretensão de superioridade militar em relação aos civis.¹

No mito do herói cívico são carregadas algumas das características perpetuadas no pensamento militar. Um fato que facilita a utilização de Tiradentes pelos militares é a ponte que o mito faz: tanto carrega uma imagem de semelhança a Cristo quanto a de alferes.

¹ FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Editora Record - 2004. p. 122.

Aproxima-se da religiosidade de uma parcela considerável da população – imagem que já era utilizada antes, desde a época republicana – além de remeter ao fato de que Joaquim José da Silva Xavier havia sido um militar.

Não queremos trazer uma ideia de manipulação na questão do mito, mas sim como sua representação modifica-se nesse período. Tiradentes é em definição um mito político, ou seja, baseado em um personagem histórico sobre o qual existem documentações que comprovam sua existência², diferente de uma definição de mito clássico. Quando os militares destacam certos elementos do mito e suprimem outros, o que ocorre não é uma manipulação, mas sim uma releitura. Como Baczko expõe:

Ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também “guardiões” do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos (...) os guardiões do imaginário social são, simultaneamente, guardiões do sagrado. A margem de liberdade e inovação na produção de todas as representações coletivas, em especial na dos imaginários sociais, é particularmente restrita.(...) Só com a instalação do poder estatal, nomeadamente o poder centralizado, e com a relativa autonomia a que acede o domínio político, é que as técnicas de manejo dos imaginários sociais se desritualizam, ganhando em autonomia e diferenciação.³

A autonomia possui limites de construção. O mito de Tiradentes já estava longamente constituído no imaginário coletivo; uma mudança ampla que desconstruísse a imagem formada seria um risco. Além de ser um mito que traduz as questões pertinentes aos militares, Tiradentes representa a constituição da nação brasileira, sendo parte da constituição simbólica que define em parte a cidadania brasileira. Como Carvalho expõe, a produção do mito deu-se a partir da necessidade de criar um herói nacional.⁴

O problema de pesquisa está centrado em como foi reconstruído o mito de Tiradentes na imprensa porto-alegrense, utilizando o jornal *Correio do Povo* durante o período de 1964 a 1968. A escolha desse jornal deve-se à sua ampla circulação. As publicações referentes à figura do herói estão concentradas no mês de abril, quando se relembra a inconfidência através do feriado cívico. O período que se encontra entre o golpe e o endurecimento da repressão interna aos grupos chamados de transgressores será o alvo da análise de como o mito foi trabalhado, destacando quais as continuidades e descontinuidades da mitologia que já existia antes.

² Autos da Devassa.

³ BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 299-300.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. "Tiradentes: um herói para a República" in: *A Formação das Almas - O imaginário da República do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 55-73.

A linha editorial do jornal *Correio do Povo* foi fundada no dia 29 de setembro de 1895. Somente no dia 1º de outubro do mesmo ano os primeiros exemplares foram às ruas. Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior⁵, paraibano que ainda criança veio para o Rio Grande do Sul, foi o criador do jornal. Recebeu auxílio dos amigos Eugênio Du Pasquier e Antônio Mostardeiro Filho; juntos conseguiram levantar fundos para instalar a redação num antigo prédio da Rua dos Andradas.

O jornal surgiu com uma proposta diferenciada em relação aos demais periódicos circulantes no Estado. Desde sua primeira edição o *Correio do Povo* anunciou que seria um jornal neutro, parcial e apartidário.⁶ Acabou por refletir na cor rósea⁷ escolhida para o papel ao quais as novas ideias seriam impressas. Pelo formato empresarial⁸, as relações internas do jornal têm como palavra final o dono do jornal, que decide o que publicar. Alguns funcionários possuem maior independência dentro da redação, mas todos são limitados ao próprio meio empresarial.

O *Correio do Povo* pode ser considerado como pertencente a grande imprensa. Jamais deixou de ser um elemento do processo político, apesar do discurso da neutralidade. Devemos considerar que o discurso da neutralidade imposto pelo *Correio do Povo* deve ser relativizado pelo historiador.

A partir da segunda metade do século XX um revisionismo do uso da imprensa como fonte sofreu um deslocamento devido ao novo tratamento dedicado aos documentos trazidos pela Escola dos Annales, abarcando que o discurso da neutralidade da imprensa não existe já que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu.”⁹

Devemos analisar o período do regime militar, com especial atenção ao corte temporal de 1964-1968. Segundo Galvani, em 1964 o *Correio do Povo* se pôs a favor do golpe. A suposta neutralidade do periódico foi deixada de lado. Diversas matérias apoiando o golpe eram divulgadas ao longo das páginas do *Correio do Povo*. Outros regimes eram noticiados como Golpes Militares, como o em Serra Leoa em 1967; no entanto, o próprio golpe pelo qual

⁵ O pai de Caldas Júnior, o desembargador Francisco Antônio Vieira Caldas, foi assassinado durante a Revolução Federalista iniciada em 1893.

⁶ O *Correio do Povo* diferencia-se do restante dos jornais da época. Prezando por uma lógica empresarial de produção.

⁷ O róseo simboliza a não identificação com os grupos políticos em disputa no Rio Grande do Sul. Os maragatos (vermelhos) e os pica-paus (brancos), buscando uma cor intermediária. Devido à dificuldade de importar o papel, a cor foi deixada de lado.

⁸ O *Correio do Povo* faz parte da vanguarda do formato empresarial jornalístico tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil.

⁹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 118

o Brasil passava era chamado de *Revolução*.

A empresa definiu-se, logo no primeiro momento, e uma vez mais ponde de lado uma suposta e histórica imparcialidade, o Correio do Povo (e seus afluentes) apoiou a então batizada “Revolução Redentora”. O apoio foi tão ostensivo que o jornal se deu ao trabalho de explicar em editoriais porque os militares estavam certos e aquele era o único caminho para “salvar o Brasil”.¹⁰

Existe um exagero no papel da imprensa e de outras mídias sociais quanto à manipulação e à passividade do público às informações construídas pelos meios midiáticos. Esse formato de análise, mais confortável, dominou a história política até o final da década de 1980. Novas metodologias surgiram dando nova luz às pesquisas históricas que usam o jornal, a televisão e o rádio como fontes de pesquisa. Jean-Noël Jeanneney apresenta-nos em seu artigo o questionamento do papel da imprensa e sua influência na sociedade, oferecendo novas possibilidades de pesquisas.

Tomemos cuidado: o estudo das relações de poder, conflitantes, ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar de considerar as instituições de comunicação em si mesmas.¹¹

Nesse ponto, Jeanneney alerta-nos para a consideração que qualquer editorial não está isolado; no seu interior, não existe um maquinário malévolo de manipulação. Quando a redação do Correio do Povo apoiou publicamente o golpe, devemos considerar essa decisão inserida no contexto político da época. A altura de 1964 era impossível prever os rumos que o golpe tomaria para a própria imprensa.

A posição de Breno Caldas¹² é facilmente perceptível. Como empresário, seria um risco ir de encontro ao governo que acabou de realizar um golpe.¹³ Deve-se considerar que os militares impregnados com a ideologia de direita tiveram amplo apoio de empresário que

¹⁰ GALVANI, Walter. *Um século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 410-411.

¹¹ JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de D. Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.224.

¹² Filho do fundador Caldas Júnior. Assumiu a direção do jornal em 1935 com apenas 25 anos idade após um período de dificuldades econômicas da empresa seguida da morte do fundador – Caldas Júnior – em 1913. Em 1979 por causa das dívidas do empréstimo destinadas a implantação da TV Guaíba e com a crise do petróleo, dificultando novos empréstimos, a empresa entrou numa profunda crise, chegando ao ponto de deixar de circular por dois anos devido a falência financeira de Breno Caldas, entre 1984-1986. Surgiu reassumido pelo economista e empresário Renato Bastos Ribeiro. Em 2007 a companhia jornalística Caldas Júnior foi vendida para Edir Macedo, passou a fazer parte do grupo de comunicação da Rede Record.

¹³ Um conflito não tardou a acontecer. Em 20 de setembro de 1972 a edição do *Correio do Povo* deixou de circular. Breno Caldas insistiu em publicar uma notícia sobre os pronunciamentos dos parlamentares contra a censura, o jornal acabou sendo recolhido e levado para a sede da Polícia Federal. Apenas quatro cópias escondidas por uma secretária sobreviveram.

viam com maus olhos o risco do comunismo no Brasil. Evidentemente, Breno Caldas viu vantagens econômicas em apoiar os novos rumos que o país tomava. Essa visão não durou muito tempo; os próprios comunicadores passaram a ser afetados pela censura.

E, ao mesmo tempo que os males do País não eram corrigidos e as dificuldades voltavam, estabeleceu-se uma censura à imprensa, para impedir que chegasse ao povo a versão negativa de certos acontecimentos. No princípio os próprios donos das empresas mostravam-se cordatos e compreensivos. Breno Caldas mesmo, afinal, apoiara ostensivamente o movimento, sempre era consultado, ouvido e respeitado, mas acabou se chateando com a presença de elementos estranhos à redação exercendo o trabalho de trazer recadinhos – nada nunca, por escrito – e interferir no que se ia publicar. [...] Não poucas vezes surgiram dúvidas e atritos. Mas Breno Caldas procurava, com bom senso, solucionar as questões mantendo a empresa “navegando em águas calmas”, uma vez que se considerava responsável pelos empregos e pelos familiares daqueles 2 mil empregados.¹⁴

É comum usar a palavra massa para descrever o público leitor. Não tomo como ponto de vista da minha leitura a visão de manipulação através das páginas dos jornais, mas sim como meio de comunicação presente e consumível pelo público, que pode aceitar ou não a posição do jornal. Não utilizarei *massa* como léxico; no entanto, atento para o significado do conceito segundo Thompson.

o termo “massa” não deve ser tomado em termos estritamente quantitativos; o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número ou proporção de pessoas receba os produtos, mas que os produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores.¹⁵

A opinião pública é difícil de ser mensurada. Por vezes representa apenas a legitimação de uma força ou de uma opinião, segundo Bourdieu.

Sabe-se que as relações de força nunca se reduzem a relações de força: todo exercício da força é acompanhado por um discurso que visa legitimar a força de quem a exerce: pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de forças dissimular-se como relação de força e de só ter toda sua força medida que ela se dissimula como tal. Em suma, para falar simplesmente, o homem político é aquele que diz: “Deus está conosco”. O equivalente de “Deus está conosco” é, hoje em dia, “a opinião pública está conosco”.¹⁶

As publicações encontradas no Correio do Povo estavam disponíveis para o público porto-alegrense. Poderiam consumir ou não o jornal. Também se deve levantar a possibilidade que poderiam ler ou não as informações pesquisadas. Medir o peso e o impacto que a leitura da *Ordem do Dia* ou de notícias presentes na época é muito difícil. Trata-se de um tema

¹⁴ GALVANI, op. cit. p. 415.

¹⁵ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 287.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo, Polis, 1987, p. 137-151. P. 140.

específico de importância menor nos jornais. Engloba um discurso construído a partir dos republicanos e modificado ao longo dos anos para projetar a legitimidade do poder.

Para se analisar o jornal, deve-se, sobretudo, ler o periódico de forma meticulosa, demorada e exaustiva para não cometer o erro de ler sem rigor, ou seja, com tranquilidade.¹⁷ A análise deve ser baseada numa “leitura intensiva” correspondente ao tempo no qual o jornal foi formulado. Saber diferenciar o que é significativo para o objeto de análise daquilo que é casual e não corresponde ao objeto de pesquisa. Deve-se considerar a distribuição espacial do jornal, atentando para a diagramação.¹⁸

Albert Kientz coloca bem como a diagramação influencia na construção do jornal.

De um modo geral, a inserção de uma informação na primeira página confere-lhe uma importância nitidamente superior à resultante de uma inserção nas páginas do meio. O alto da página vale mais que o rodapé, o lado esquerdo mais que o direito. O gabarito dos títulos, a ilustração, o emprego de tintas de cor, o corpo das letras, as cercaduras, são outros tantos procedimentos que permitem variar a intensidade da emissão da “prosa” (paroles) jornalística que constitui o noticiário.¹⁹

É necessário estar atento à distribuição espacial do objeto de análise ao se utilizar jornais como fonte histórica. O historiador deve conferir um olhar atento não somente na análise do texto, mas também onde esse texto se encontra dentro do periódico.

A figura do herói é constante nas mais diversas sociedades. O herói é uma forma de representar valores e lutas para a conservação de um ideal. Abarca o universo simbólico que constitui um país através de representações que identifique os diferentes sujeitos como cidadãos. O herói reproduz e se torna referência do coletivo. Sua imagem é conservada através de suas roupas, com o uso de cores que remetem a uma bandeira ou outra representação de nação, citações com frases que compreendam uma parábola e histórias de seus grandes feitos realizados a fim de garantir a proteção de algum valor:

No sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o “verdadeiro” e o “ilusório” não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético.(...) Cabe às ciências positivas explorar, por um lado, as faculdades e mecanismos psicológicos que provocam a deformação do real mediante a produção das ilusões; e por outro lado, descobrir os determinismos socioculturais através de cujo jogo os homens

¹⁷ ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. IN: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS. 1995, p. 21.

¹⁸ A distribuição espacial dos elementos gráficos nas páginas impressas. Analisar qual a posição e qual página está inserida determinada notícia.

¹⁹ KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 100.

confundem o real e o imaginário nos seus mitos e preconceitos, crenças e práticas.²⁰

O corte temporal – de 1964 a 1968 – foi escolhido por representar um período de assentamento do jovem regime militar que nesse período proclamou diversos atos institucionais e ações repressivas para legitimar a perpetuação do regime. A análise da mitologia inconfidente, com especial atenção à sua figura central, Tiradentes, pretende estabelecer como na imprensa porto-alegrense, ou seja, fora do espaço onde ocorreram os acontecimentos da Inconfidência, foi trabalhada a questão do mito: quais as palavras mais utilizadas, quais os fatos mais destacados da vida de Joaquim José da Silva Xavier nas notas desses jornais e como a continuidade histórica da luta dos inconfidentes é projetada nas produções publicadas no periódico.

O que chamou atenção para esse tema foi o artigo *A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)* de Thais Nívia de Lima e Fonseca, que trabalha a questão da representação da imagem de Tiradentes na imprensa de 1930 a 1960. Na segunda metade do século XIX, a imprensa já valorizava e exaltava a Inconfidência Mineira e Tiradentes através de diversas publicações, como poemas e artigos. “Antes mesmo de tornar-se foco de interesse da historiografia, a Inconfidência Mineira já era tema de uma vasta produção de textos de natureza diversa.”²¹ Nas décadas de 30 e 60 os jornais contribuíram para a construção e reforço do mito. Os textos publicados estavam centrados em Tiradentes e na conspiração contra os inconfidentes. Os artigos costumavam se relacionar a acontecimentos políticos, por vezes criticando-os, mas sem prejudicar a imagem de Tiradentes.

A utilização de Tiradentes como símbolo republicano fora aplicado desde o âmbito cívico – como o feriado – até o âmbito político como afirmação da legitimidade do poder e ponto de encontro entre o povo brasileiro, em uma imagem invocada de republicanismo e união do território brasileiro:

A exaltação da figura de Tiradentes, identificada à autoridade vigente, foi utilizada à exaustão, como no fragmento do discurso de Getúlio Vargas, em Minas Gerais, no governo de Juscelino Kubitschek, de quem recebia apoio político, em um período de seus mais duros embates com a oposição. Vargas assegura ser Minas o lugar ideal para a busca do consenso, da harmonia e destaca as tradições mineiras como capazes de serenar os ânimos naquele tumultuado e delicado momento político. Afirma que não iria permitir que “interesses mesquinhos” se impusessem aos interesses da nação e que seria tarefa de seu governo, garantir a ordem, a liberdade (...) Vargas voltava

²⁰ BACZKO, op. cit. p. 303-304.

²¹ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. "A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos" (1930-1960)" In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002 p. 440.

ao passado e buscava Tiradentes, para garantir sua sustentação e legitimação política.²²

Na obra *Mitos e mitologias políticas* de Raoul Girardet, o autor aborda a questão da passagem do histórico ao mítico, um campo transbordado de símbolos. O autor procura, através de um ensaio, ir além da definição clássica de mito como algo falso ou imagem simplificada e ilusória de uma sociedade. Essa ideia provém de uma dicotomia: o pensamento lógico e uma mente primitiva que acredita na falsidade que constitui o mito.

Entrando no campo da política, ressalta-se que seus discursos muitas vezes entornam-se para o futuro. O passado é projetado para justificar o sentido do discurso, explicando a coesão social. Os republicanos no final do século XIX já compreendiam a importância de estabelecer um mito de origem que ressalta os valores que constituem aquela sociedade. No campo do discurso políticos, não há uma ideia englobante, já que esses discursos são contraditórios e opositivos, diferente do mito que era vivido por toda sociedade.

A definição de *mito político* transcende a noção simplória de discurso político e mito. Um mito político é baseado em um sujeito histórico, escapando da noção de falso dado ao conceito de mito de sociedades antigas ou primitivas. A forma de produção do mito contemporâneo está presente principalmente na publicidade que costuma fecundar mitos para a consolidação de seus objetivos. No campo da política, é utilizado como fundo discursivo, resgatando o passado como construção linguística.

Girardet aborda que o herói pode ser apresentado em formatos diferentes em tempos diferentes. O autor aborda como diferentes “tonalidade afetivas”.

Há o tempo da espera e do apelo: aquele em que se forma e se difunde a imagem de um Salvador desejado cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de nostalgias e de sonhos. [...] Há o tempo da presença, do Salvador enfim surgido, aquele, sem dúvida, em que o curso da história está prestes a se realizar, mas aquele também em que a parte de manipulação voluntária recai com maior peso no processo de elaboração mítica. E há ainda o tempo da lembrança: aquele em que a figura do Salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas ampliações.²³

No caso de Tiradentes, aplica-se a mitologia ao tempo de lembrança, onde o personagem pode ser distorcido através da memória ou a partir dos usos políticos, justificando as diferentes vertentes de sua evocação no campo do imaginário.

²² BALLAROTTI, Carlos Roberto. "A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade" In: *Revista Antíteses*, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 207-208.

²³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

No momento de transição entre a Monarquia e a República ocorreu uma ebulição de símbolos nacionais. O positivismo ajudou a construir alguns dos símbolos do novo governo; tomou o poder frente a um golpe sem apoio ou conhecimento das camadas populares, como José Murilo de Carvalho descreve na obra *Os Bestializados*. Para ofuscar a imagem hegemônica de D. Pedro I como herói, acaba por retomar a memória da monarquia e dos Bragança; necessitava-se buscar um novo herói que representasse a nascente República.

Tiradentes acabou sendo o escolhido para representar a República. José Murilo de Carvalho aborda em seu livro, *A Formação das Almas*, o universo simbólico criado pelos republicanos para constituir a nova nação, como a bandeira, o hino e o herói. Por ser um homem do povo e por ter sido alferes, lhe conferiu mais pontos na disputa pelo panteão republicano. Existe herói melhor do que aquele que representa tanto o poder quanto o povo?

Por não ter deixado qualquer retrato, foi pintado nas mais diversas representações. Como Maraliz de Castro Vieira Christo expõe em sua tese de doutorado, *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e “Tiradentes Esquartejado”*, o corpo do herói é representado na série de pintura de Pedro Américo esquartejado, expondo a debilidade do movimento expondo o martírio de Tiradentes.²⁴

A condenação de Tiradentes acabou servindo como exemplo aos insurgentes que tinham alguma ideia emancipatória, indo ao encontro dos interesses da Coroa de explorar as riquezas da colônia. Minas Gerais representava o cerne da economia da colônia com a exploração aurífera. Esse fato foi explorado pela república e nos anos que seguiram pelos diversos governos, incluindo o regime militar, que usaram da imagem de Tiradentes como provedor de valores do governo vigente.

Thaís Nívea de Lima e Fonseca traça no trabalho *Da Infâmia ao altar da Pátria* formas de representação da Conjuração Mineira em formatos cotidianos e banais ao cidadão, reforçando a memória do mito, apresentando os usos do imaginário político entre 1930 a 1960.²⁵

O uso por parte dos militares de Tiradentes ganhou força no período; processo facilitado devido às diversas lacunas deixadas pela História da Inconfidência Mineira, já que foi uma revolta que não aconteceu, sem vitória, sem governo, sem enfrentamento e o único sangue derramado foi de Tiradentes: “não conseguiu levar a termo o levante que tanto

²⁴ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e “Tiradentes Esquartejado”*. Tese de Doutorado - UNICAMPI, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, SP : [s. n.], 2005.

²⁵ FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2001.

propagandeou”.²⁶

Outro ponto fundamental para a leitura da construção do mito é a questão da memória. Pollak, em seu artigo *Memória, esquecimento e silêncio*, traça uma breve apresentação da temática. Destacamos a questão da memória oficial, no caso a memória nacional tem por objetivo a construção da coletividade através do que Halbwachs²⁷ define ser construída através da coesão social. Dentro dessa definição que “nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional a forma mais completa de uma memória coletiva.”²⁸ é necessária uma organização e legitimação para ser perpetuada, tornando-se um ponto de referência para a memória social.

Pollak entra no campo da história oral, opõe-se à memória dominante, acaba entrando em um campo de disputas entre a minoria das memórias subterrâneas e sociedade mais ampla. Não pretendemos entrar nesse campo de estudo da história oral até pela delimitação de fontes que possuímos para a realização do trabalho.

Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples montagem ideológica, por definição precária e frágil.²⁹

Pollak utiliza o termo de memória enquadrada de Henry Rousso que define que a memória oficial visa à manutenção da coesão do grupo social mais amplo que constitui a nação. A história fornece material para conceber pontos de referências que definam as fronteiras sociais.³⁰

Destacamos também a dissertação de mestrado de Aline Fonseca Carvalho, *A Conveniência de um legado adequado: Representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira Durante a Ditadura Militar*. Essa dissertação aproxima-se do meu tema de pesquisa. As publicações de *A Ordem do Dia* foram analisadas no trabalho de Aline Fonseca Carvalho. Além do deslocamento espacial, as interpretações podem tanto coincidirem quanto se diferenciarem das utilizadas pela autora. As outras sessões dos jornais analisados – como o caderno infantil ou publicações de jornalistas locais – são diferenciações em relação aos jornais de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

²⁶ FURTADO, João P. O manto de Penélope. In: *História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. (1ªed.) São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 216.

²⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

²⁸ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

²⁹ Idem, ibidem, p. 9.

³⁰ Idem, ibidem, p. 9.

Para fundamentar a pesquisa é necessário tanto compreender o movimento da Inconfidência Mineira³¹ quanto o período inicial da ditadura militar. A interpretação exposta nas diversas publicações do *Correio do Povo* é uma forma de representação do herói. A obra *A devassa da devassa* do brasilianista Kenneth Maxwell estabelece em sua análise a teia de relações sociais, valorizando, sobretudo a ação dos homens e não de somente um indivíduo. A obra marcou época e passou a ser fundamental na historiografia da Inconfidência.

Pode-se atribuir a essa obra a tese hoje comumente aceita entre os especialistas de que a Inconfidência Mineira foi um movimento cujos participantes eram, na sua maioria, magnatas da elite movidos por interesses pessoais e que Tiradentes teria sido, de fato, um *bode expiatório*. Para Maxwell, Tiradentes teria sido um branco, ambicioso, sem propriedades, em busca de mobilidade social vertical na estrutura social sem demonstrar especial preocupação quanto ao modo de consegui-la.

A obra foi lançada originalmente em 1973 no país natal de Maxwell, a Inglaterra; portanto, esse revisionismo ocorre somente posterior ao período pretendido a ser estudado na imprensa. Há estudos que não enfocam diretamente a Inconfidência, mas sim o cenário econômico e social de Minas Gerais e sua importância ao mundo colonial.

Dentre os historiadores que trabalham no contexto colonial de Minas Gerais estão Laura de Mello e Souza e Carla Maria Junho Anastasia. Autores como João Pinto Furtado promoveram uma releitura dos autos da devassa. Em um dos trabalhos de Furtado, *O Manto de Penélope*, mais recente, diverge da interpretação de Maxwell, pois procura enfatizar que os inconfidentes tinham na verdade muitos interesses, alguns deles até mesmo excludentes, não podendo, portanto, ser vistos como um grupo coeso, além de apresentar as diversas “falhas de conduta” dos inconfidentes, mostrando questões que foram apagadas da História oficial que ressalta a imagem mítica de Tiradentes.

A partir da década de 1990, com a redemocratização consolidada, a historiografia toma um novo rumo. O movimento passa a ser tratado por outras óticas. Eventos realizados sobre o bicentenário da Inconfidência e enforcamento de Tiradentes trouxeram novas discussões sobre a historiografia e a produção simbólica. Aos holofotes da história cultural passou-se a focar a construção do imaginário social, o mito de Tiradentes e sua simbologia. Esta nova perspectiva permitiu um novo olhar sobre o evento.

José Murilo de Carvalho em seu livro, *Formação das Almas*, traçou uma perspectiva

³¹ O movimento também é conhecido pela nomenclatura de *Conjuração Mineira* pelo historiador Kenneth Maxwell, no entanto, irei utilizar *Inconfidência Mineira* por ser a designação clássica, presente no período trabalhado na imprensa de 1964-1968.

diferente para tratar do período republicano. Indo além da esfera política, o autor trabalhou com uma perspectiva da construção do imaginário. O livro contém diversos artigos do autor, dentre eles destacamos *Tiradentes: um herói para a República* que trabalha com a formação da imagem social heroica de Tiradentes, através de suas diversas apropriações.

Não trata da Inconfidência em si, mas do uso da imagem do movimento e de Tiradentes para a formação dos símbolos oficiais que compõem o ideário republicano e positivista. A consolidação de Tiradentes como herói com uma forte imagem associada ao cristianismo foi uma construção que possuiu por objetivo sua disseminação nos agentes não envolvidos no processo político.

O trabalho utiliza o jornal *Correio do Povo* como meio para acessar e analisar os discursos de *Ordem do Dia* – produzidos pelo exército – além de outras publicações presentes no periódico no período, como o *Correio infantil*. Trabalha a questão do mito de Tiradentes, o caderno *Semana Política* de Fay de Azevedo – de produção interna do *Correio*, além de outras pequenas contribuições, como a charge do Sofrenildo e notícias vinculadas ao tema.

Realizamos um exercício de análise de discurso ao apresentar as diversas publicações. A proposta de trabalhar com os jornais se estabeleceram primordialmente no mês de abril pela proximidade da data cívica³², a qual concentra as publicações em torno das comemorações de Tiradentes. Por causa da indisponibilidade de alguns materiais, a pesquisa foi realizada no Arquivo Histórico Moysés Vellinho e no Museu de Comunicação José Hipólito da Costa, ambos localizados em Porto Alegre.

A primeira parte da análise desse trabalho se concentrará nas questões da cidadania e sua relação com identidade, nacionalidade e o projeto militar de legitimação do poder através da reeleitura dos heróis nacionais, no caso analisado focamos em Tiradentes.

Procuraremos na análise das fontes, dividir em três temas diferentes a vinculação de Tiradentes no periódico *Correio do Povo*. Na primeira parte, iremos analisar a *Ordem do Dia*, documento produzido pelo ministério do exército. Apesar de ser vinculado no jornal, não é de autoria dos redatores e jornalistas do *Correio* e nem era uma publicação exclusiva, sendo vinculado em diversos jornais por todo Brasil.

Na segunda parte iremos analisar as referências que aparecem em notícias e comentários assinados sobre o herói e as comemorações de 21 de abril. Na terceira parte trabalharemos com o caderno infantil e como essas referências aparecem no direcionamento ao público infantil.

³² A data é referente a 21 de abril de 1792, o enforcamento de Tiradentes no Lado da Lampadosa, no Rio de Janeiro.

1 A EXPERIÊNCIA DA CIDADANIA BRASILEIRA: AS REPRESENTAÇÕES DO SER CIDADÃO

1.1 CIDADANIA E IDENTIDADE

Cada sociedade, em seu tempo e espaço, constrói quais são as representações que o sujeito possui no meio social. Na sociedade brasileira a discussão do significado do ser cidadão tem tomado destaque. Está em pauta atualmente discussões sobre os direitos e os deveres do cidadão. Entidades setoriais, como de feministas, que lutam pela igualdade salarial, e dos negros, tem denunciado o preconceito racial; o movimento dos Sem-Terra, que buscam a reivindicação de acesso a terra e o grupo dos Sem-Teto, pressiona pelo direito básico de moradia. Esses grupos nas últimas décadas têm moldado questões da identidade social e dos direitos para os cidadãos.

No estudo da cidadania, Marshall constrói que o conceito de cidadania é entendido como a relação entre o sujeito e o Estado no campo das leis, ou seja, o cidadão é identificado com o exercício dos direitos estabelecidos pelo Estado, atribuindo a um grupo de indivíduos merecedores o status de cidadão, enquanto a maior parcela da população permanece excluída do exercício de cidadania.

Para Marschall, cidadania é uma relação de *status*.

Cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. [...] as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida.³³

Na sociedade da América Latina, a cidadania é paralela ao sentimento de nacionalidade, sendo importante componente de identidade social. Para além de direitos legitimados pelo Estado, cidadania faz parte da identidade social e sentimento de pertencimento a uma comunidade. Assim, os símbolos nacionais e a participação política são parte daquilo que o sujeito reconhece como nação.

Para um cidadão se identificar como pertencente à nação os símbolos nacionais são parte do que identifica todos os brasileiros. A bandeira nacional, o hino e os heróis formam o universo simbólico que atribui a uma população heterogênea a noção de pertencimento a uma

³³ MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social e status*. Rio de Janeiro. Zahar, 1967, p. 76.

mesma identidade. No caso do símbolo Tiradentes, é um herói de origem humilde, que apresenta a luta pela liberdade e contra as forças externas.

José Murilo de Carvalho trabalha com o conceito de cidadania no Brasil. Diferentemente de Marshall na Inglaterra, os direitos sociais no Brasil foram intercalados³⁴, ou seja, o direito ao voto e a liberdade política eram reservados a uma pequena parcela da população antes de serem universalizados como elementos que constituem a cidadania. Podemos lembrar que as principais mudanças políticas e sociais foram concebidas pela elite sem participação popular.

Segundo José Murilo de Carvalho, a cidadania não pode ser resumida a uma simples relação formal entre cidadão e Estado, mas sim nas relações e articulações sociais que formam atos de cidadania. Além do dever do voto³⁵, consiste na participação política levada a toda população. Outras expressões como manifestações, revoltas e protestos contra determinados meios de guiar o poder que a máquina governamental manifesta – mesmo que essas ações sejam reprimidas pelo próprio Estado – ainda assim fazem parte das expressões de cidadania.

Podemos concluir que a cidadania não se resume apenas à relação formal da legalização de direitos e deveres entre Estado e cidadão. Canalizam e expressam-se principalmente através do voto, considerado um exercício de cidadania por anos abdicados da sociedade brasileira³⁶ durante o período da Ditadura Militar imposta no Brasil e em vários outros países da América Latina.

O cidadão tem o direito de se manifestar perante o Estado e exigir seus direitos ou mesmo ordenar mudanças na legislação na relação entre o sujeito e o Estado, propondo modificações na legislação. As práticas sociais de organizar e protestar, pressionando o aparelho do Estado a regulamentar e modificar leis que definem a cidadania e seus direitos fazem parte da cidadania e, portanto da própria identidade social.

Em síntese, ser cidadão é poder manifestar seus direitos e ter poder para exercer não somente o que está em lei, mas também exigir e exercer seu papel social e poder pressionar o Estado para cumprir seus direitos ou mesmo exigir modificações nos direitos que definem o cidadão perante a legislação, ou seja, cidadania deve ser entendida como prática social.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimento de la cidadania em Brasil*. México. Fondo de Cultura Económica. 1995.

³⁵ O voto no Brasil só foi estendido a toda população, incluindo analfabetos, a partir da Constituição de 1988.

³⁶ Não havia voto direto à presidência durante a Ditadura Militar, mas foi preservado o voto local, em nível municipal e estadual.

1.2 CIDADANIA COMO IDENTIDADE SOCIAL

Para além de uma condição jurídica, a cidadania, como citado, anteriormente, é construída através de práticas sociais e as relações entre os sujeitos históricos inseridos em determinado contexto. A cidadania também é uma ordem simbólica praticada tanto pelas ações quanto por movimentos sociais, onde se determinam os valores que constituem o conceito de cidadão. A cidadania apresenta-se como a representação do sujeito através de um universo simbólico que se pode chamar de imaginário social.

Para aplicar os conceitos de imaginário social e sistema simbólico existem dois autores fundamentais, Bronislaw Baczko e Roger Chartier, que pertencem à escola da *Nova História Cultural*. Os símbolos têm por objetivo legitimar uma ordem ou identidade de um grupo, por exemplo, o Estado utiliza símbolos como forma de identificação social dos sujeitos com a nacionalidade, como o hino, bandeira, heróis nacionais e datas importantes. Segundo Bourdieu, os símbolos impostos pelo grupo dominante só são aceitos pelo público-alvo quando eles tomam forma de representação, assim o público reconhece esses símbolos.

Por Imaginário, entende-se nas considerações da definição de *Imaginário Social* de Bronislaw Baczko em seu artigo presente na Enciclopédia *Einaud*. O artigo procura expor a ideia da relação entre *imaginário* e *social*. O autor separa as duas palavras e procura definir, inicialmente, de forma isolada cada uma. Em muitos estudos científicos das ciências humanas procurava-se desvendar o significado dessas palavras; no entanto, o que ocorria de fato era uma construção desses agentes sociais e não o objetivo proposto de desvendar esses sujeitos.

Por detrás dos imaginários, procuravam-se os agentes sociais, por assim dizer, no seu estado de nudez, despojados das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus sonhos e representações, etc. Ora, a abordagem cientista não observava realmente esses agentes sociais “desnudados”; era ela que os construía.³⁷

A própria tentativa de estabelecer uma definição acaba prendendo-se à linguística e ao peso de estudos anteriores que remetem justamente a uma abordagem tradicional. Pelo fato que o termo já está enraizado na linguagem, ele não pode ser descartado. Numa definição simples do que seria imaginário social, destacamos o seguinte excerto. “O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos

³⁷ BACZKO, op. cit. p. 297.

conflitos sociais.”³⁸

É uma definição que envolve outros elementos, como a questão do poder no sentido das relações que estabelecem uma relação de força dentro da questão da construção do imaginário coletivo. Para perpetuar e tornar inteligível o poder, torna-se necessária a questão do discurso os quais, através de símbolos, definem o sentido das relações.

Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações.³⁹

Não existe, *stritus sensu*, a representação direta do real, mas sim uma articulação entre o simbólico e o material. Ao abordar o campo do universo simbólico, deve-se expressar que aquilo que entendemos como representação do real acaba por poder ser em maior ou menor grau correspondente à realidade material, ou seja, não há uma articulação clara e plenamente visível entre os dois universos.

Ao analisar um texto, temos dispostas ali imagens, símbolos, discursos que correspondem a um contexto histórico de uma determinada sociedade. O modo pelo qual é construído e distribuído articula as relações intrínsecas ou não do simbólico e do real.

Embora seja de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real, é por seu turno um sistema de ideias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nessa medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias-imagens que constituem a representação do real.⁴⁰

O olhar historiográfico deve preocupar-se em não dimensionalizar o simbólico como imagem fiel do real material, mas sim como representação. Os significados de como os sujeitos interpretam o simbólico como dimensão do real e não como correspondente ao real deve ser a visão que um historiador possui ao analisar fontes sobre o ponto de vista da imaginação social.

Bronislaw Baczko, em sua definição de imaginação social, entende o conceito como aspecto significativo da sociedade. Os sujeitos e a sociedade se percebem e atribuem identidades através da imaginação social.

³⁸ Idem, ibidem p. 310.

³⁹ Idem, ibidem p. 311.

⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 15, n. 29. 1995 p. 9-27.

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’ designadamente através da instalação de modelos formadores tais como do ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc.⁴¹

No espaço do imaginário social os indivíduos exercem seus papéis formando grupos, incluindo e excluindo indivíduos baseando-se em modelos formadores, determinando posições sociais. Dentro da sociedade como todo e dentro de grupos existem um embate pela legitimação das representações das ordens sociais aos quais os sujeitos estão inseridos.

Outro autor fundamental que trabalha com o conceito de imaginação social é Roger Chartier. Também aponta como os entendimentos de mundo atribuem características aos indivíduos. Através da leitura das representações coletivas é possível tentar compreender a dinamização das diferentes leituras de mundo dentro de uma sociedade, entender como essas leituras representam e incorporam diferentes grupos, legitimando as relações sociais; em síntese, analisar as representações sociais para, através da definição dos papéis dos indivíduos na sociedade, compreender a construção das identidades.

Ocorre assim uma disputa entre os grupos pela construção da representação, concebendo através de leituras particulares de mundo as identidades que buscam atender aos interesses do grupo, apresentando uma relação de força entre grupos e representações.

Pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detém o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma.⁴²

Através da disputa da representação, pode-se afirmar que o poder só ganha legitimidade e reconhecimento a partir do momento em que é coletivamente declarado e reconhecido como tal. Para tal ordem se formar é preciso passar pelo campo do imaginário social, estabelecendo assim símbolos, ou seja, conjunto de representações, que legitimam o poder.

Após determinados grupos disputarem o poder, aquele ao qual vence, para estabelecer o domínio e o exercício de poder, precisa construir simbolicamente o poder. Através de coerção no interior dos indivíduos constroem-se valores que justificam determinada prática social.

⁴¹ BACZKO, op. cit. p. 409.

⁴² CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: Estudos Avançados. São Paulo. V. 5 n. 11 p 173-191, p. 183.

O conjunto de símbolos criados para identificar determinada grupo social ou sociedade dá unidade à coletividade e forma relações de pertencimento e identidade. A cidadania é um exemplo, já que o conjunto de práticas, símbolos, valores e direitos determinam o significado do ser cidadão dentro de uma unidade imaginária, chamada de nação.⁴³

A identidade com o conjunto de representações determina a identificação dos sujeitos com a cidadania. Ou se se consideram como não pertencentes a essa sociedade, podem submeter-se e negarem essa identidade, lutando pela mudança geral e estabelecendo novas formas de poder, ou podem lutar pela inclusão e do reconhecimento de suas identidades dentro do conjunto construído pelo grupo dominante, exercendo pequenas intervenções nas relações nas representações vigentes na sociedade e no conjunto de ações e símbolos criados que identificam o pertencimento. As representações sociais interferem na ação e no posicionamento político dos indivíduos, submissão e contestação. São internalizações da legitimação da identidade social.

No conjunto simbólico são criadas as definições que legitimam as práticas sociais e o exercício da política. O grupo dominante que constrói o campo simbólico exige de outros grupos o reconhecimento, delimitando a dimensão do poder e as limitações do ser cidadão, por exemplo, delimitando a ação política. Quando algum sujeito transcende e não reconhece essas relações de poder, contestando tanto grupo quanto os simbolismos, ele pode ser perseguido e punido.

Podemos notar que o conceito de cidadania não é formulado por uma única definição, mas sim por uma pluralidade de significados, variando conforme o tempo e o espaço social ao qual o conceito está inserido. Mesmo dentro uma sociedade, onde o conceito já está construído e constituído, existe disputa entre diferentes grupos e identidades do ser cidadão.

A própria definição de identidade e suas representações legitimam quais ações são válidas ou transgressoras na constituição da cidadania e do poder dos indivíduos de exercê-la. Essa disputa simbólica não existe somente no interior dos partidos políticos, mas também no exterior, ou seja, no imaginário da sociedade. As práticas políticas dos cidadãos definem sua identidade social. Cidadania pode ser definida, em suma, pela identidade social, exercida através de representações e práticas, ao invés de simplesmente uma definição jurídica.

Para Benedict Anderson, a nação é uma comunidade limitada (fronteiras finitas), soberana (pela grande pluralidade) e imaginada (compartilhamentos de signos e símbolos

⁴³ Entende-se nação a partir do conceito construído por Benedict Anderson (ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das letras. 2008) de nação como uma comunidade imaginada onde os indivíduos não conhecem uns aos outros mas partilham signos e símbolos comuns que os fazem se reconhecerem como pertencentes ao mesmo espaço imaginário.

pelos indivíduos). As comunidades imaginadas existem por um sistema de “camaradagem horizontal”, ou seja, a distinção entre as nações ocorre pela forma como são imaginadas e quais os recursos que lançam mão. A imaginação das sociedades compõe uma rede de parentesco aos seus membros, lhes dota de pertencimento à comunidade. Através dessa formulação, Anderson propõe que as publicações, como o romance e os jornais, fornecem aos membros dessa comunidade uma ligação simbólica que não possui, a princípio, qualquer semelhança cultural entre si, como explicita Anderson.

Desse ponto de vista, o jornal é apenas uma “forma extrema” do livro, um livro vendido em escala colossal, mas de popularidade efêmera. [...] Mas a obsolência do jornal no dia seguinte à sua edição [...] cria, e justamente por essa mesma razão, uma extraordinária cerimônia de massa: o consumo (a “criação de imagens”) quase totalmente simultâneo do jornal-como-ficção. [...] O significado dessa cerimônia de massa [...] é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E no entanto, cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. [...] Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana.⁴⁴

O tempo do jornal é o tempo da simultaneidade – uma publicação consumida em apenas um dia e ignorada no próximo – desenvolvendo o pensamento de estar junto daqueles que formam a nação. Jornal, além de uma obra capitalista, abarca a própria nacionalidade e faz parte do conjunto simbólico do que define nação para os cidadãos.

1.3 CIDADANIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1968)

Além das questões sobre Inconfidência Mineira, é preciso embasar uma bibliografia sobre a Ditadura Militar. Existe uma vasta produção acerca desse período. Carlos Fico é o autor em que iremos nos basear. Dentre suas obras, destacamos o livro *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil* onde o autor trabalha com a propaganda política.

Para José Murilo de Carvalho, o regime militar brasileiro pode ser dividido em três fases. A primeira ocorreu entre 1964 a 1968. Essa fase correspondente a todo governo do general Castelo Branco. Representa o setor mais liberal do exército e a primeira fase do general Costa e Silva: “caracteriza-se por uma intensa atividade repressiva seguida de sinais

⁴⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras. 2008, p. 67-68.

de abrandamento.”⁴⁵

Ressalta-se que foi nesse período promulgado os Atos Institucionais. Outras características dão-se pelo combate à inflação e queda do poder de compra, através dos reajustes do salário-mínimo e um crescimento anual pequeno. A segunda fase encontra-se entre 1968 a 1974 e caracteriza-se pelo período mais violento e de desprezo aos direitos civis e políticos sob as rédeas do general Garrastazu Médici em contraponto a um crescimento econômico altíssimo.

A terceira fase inicia em 1974 e se estende até o enfraquecimento e queda do regime em 1985, com as eleições indiretas de Tancredo Neves. É um período onde o crescimento econômico dá lugar à crise do petróleo e redução nos números do crescimento da economia. Nesse período, Geisel e suas tentativas de abrandamento do regime continuam sob o general Figueiredo, que governou entre 1979 a 1985, onde a oposição ganha voz e a repressão dura do período de Médici perdem força e é revogada.

Após um breve período de experiência democrática, entre 1945-1964, o presidente João Goulart sofre um golpe e é derrubado, dando lugar a um regime militar. O golpe surpreendeu os políticos civis da UDN; não esperavam uma intervenção tão dura dos militares de assumirem o poder de forma direta. Essa atitude ocorreu como forma de sobrevivência da própria instituição.

Havia uma forte divisão ideológica dentro do grupo militar. Vale constar que não foram as formas armadas como um todo que apoiaram e arquitetaram o golpe, mas sim um grupo dentro da organização que viu uma atitude radical como solução. Julgavam estarem preparados para assumirem o poder, contavam com vários aliados para apoiá-los, como lideranças empresariais do IPES (Instituto de pesquisa e estudos sociais) que lutava contra o comunismo e a preservação do capitalismo.

Esse grupo via João Goulart como uma ameaça pela aproximação com o comunismo e viram uma possibilidade de golpe de orientação esquerdista. A oposição ao presidente Goulart pode ser exemplificada nos movimentos da *Marcha da Família com Deus Pela Liberdade* organizado e mobilizado pelo IPES. Deve-se destacar que o IPES foi responsável por muitas ideias utilizadas no governo de Castelo Branco.

O general Castelo Branco ganha a presidência e inicia um governo com dois objetivos principais. Do ponto de vista econômico, a queda da crescente inflação; do ponto de vista político, supressão e afastamento da oposição. A repressão tornou-se a maior arma e o braço

⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 157.

mais forte do regime.

Como era maior a mobilização em 1964 e como estavam mais desenvolvidos os meios de controle, a repressão política dos governos militares foi também mais extensa e mais violenta do que a do Estado Novo.⁴⁶

A repressão ocorreu legalmente a partir dos Atos Institucionais garantindo a legitimidade do governo. Em nove de abril de 1964, o general Castelo Branco introduz o AI-1 (Ato institucional número 1) que tinha por objetivo modificar as relações entre legislativo e executivo. Diversos políticos tiveram os direitos políticos cassados durante dez longos anos. Desde políticos até militares que não concordavam com o golpe sofreram com o AI-1, afastando resistência ao golpe e legitimando o governo. Outras formas menos agressivas também foram utilizadas, como a aposentadoria forçada, afastando funcionários públicos das máquinas governamentais, além da intervenção em sindicatos, alguns fechados pelo governo.

Comissões de inquérito foram criadas contra crimes de corrupção e subversão. O perigo do comunismo era a principal justificativa para a abertura desses inquéritos, concedendo aos coronéis a possibilidade de perseguirem e prenderem tanto inimigos pessoais quanto opositores do regime. Qualquer atividade considerada subversiva poderia levar à perda do emprego, direitos políticos e liberdade.

O AI-2, de outubro de 1965, aumentou os poderes do presidente, dando-lhe a possibilidade de dissolver o parlamento, demitir funcionários sem justificativa, intervir nos estados e decretar estado de sítio. O presidente não era mais escolhido por eleições diretas. Todos os partidos criados a partir de 1945 foram dissolvidos, dando espaço a somente dois: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – representante da oposição – e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – representante do governo.

A ARENA pode ser considerada como instrumento do regime, aprovando todas as ações repressivas. Enquanto o MDB tinha a posição de oposição, acabava por contribuir na legitimação do governo por não formar uma oposição de fato. Poderia apenas argumentar e criticar o regime a favor da democracia. Dependendo do discurso, o deputado ou senador perderia o mandato.

Intervenção no judiciário, aumentando o número de juízes em tribunais superiores, assim, nomeando partidários do governo e aumentando a influência do poder pró-regime e diminuindo a oposição, além conceder o direito aos juízes militares de condenarem civis sobre o pretexto de garantir a segurança nacional.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 160.

Em 1968 um duro golpe ocorreu iniciou-se o período mais negro do regime militar e da história do Brasil. O operariado e os estudantes passaram a aumentar a pressão e a contestação contra o golpe e o regime militar, tornando-se a ponta de lança contra o couro repressor do coturno militar na sociedade brasileira.

Os operários organizaram duas grandes greves. Os estudantes, nas ruas, iniciaram grandes marchas em favor da democracia. Em uma dessas manifestações, o estudante Edson Luís foi morto. A Câmara dos Deputados negou o processo contra um dos membros que fez um duro discurso contra as forças armadas. Em reação, o governo editou um novo Ato Institucional, o AI-5, que mais fundo feriu os direitos políticos e civis. O Congresso foi fechado, o general Costa e Silva ganhou poderes de ditador. *Habeas Corpus* foi suspenso e todos os atos contra segurança nacional estavam de fora da esfera judiciária convencional. Iniciou-se uma nova onda de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de deputados e vereadores e demissão de funcionários públicos. Em 1969 toma posse da presidência Garrastazu Médici. Na Constituição, os Atos Institucionais foram absorvidos.

Durante o governo do general Médici a repressão foi ainda mais intensificada, com a lei de segurança nacional, permitindo a pena de morte por fuzilamento e a censura prévia aos meios de comunicação, como jornais, livros e televisão. A censura extinguiu a opinião e a liberdade. Qualquer crítica ao regime poderia levar a graves consequências. Em reação, a esquerda passa a tomar ações mais incisivas, como a guerrilha urbana e rural. De um lado assaltos a bancos para buscar financiamento à guerrilha, do outro lado, prisões, tortura e morte.

José Murilo de Carvalho nos resume o terror desse tempo.

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado. As famílias de muitas das vítimas até hoje não tiveram esclarecidas as circunstâncias das mortes e os locais de sepultamento. Foram anos de sobressalto e medo, em que órgãos de informação e segurança agiam sem nenhum controle.⁴⁷

Durante o regime militar a população com acesso ao voto aumentou 161% entre 1945 a 1986, no fim do regime. Cerca de 47% dos cidadãos tinham direito ao voto, num país fechado, com apenas dois partidos, onde o governo aprisionava arbitrariamente e poderia torturar, onde os políticos não poderiam se expressar com liberdade e contra o Estado. Esse

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 164.

poder de voto pode ser considerado um ganho da cidadania? Não. As perdas da liberdade e do poder de expressão – que também constituem os direitos da cidadania – não podem ter seu peso ignorado.

Na economia, o crescimento anual do PIB, até 1968, manteve-se baixa, assim como acontecia antes do golpe. O período com maior crescimento econômico até então havia ocorrido no período da presidência de Juscelino Kubitschek. No ano em que o regime se tornou mais violento e repressivo, em 1968, ocorreu o milagre econômico brasileiro, com taxas de crescimento acima dos 10% ao ano. O período de maior prosperidade coincidir com o de maior repressão apresentou-se como uma oportunidade única de popularização do regime e esmagamento da oposição. Diversos projetos de propaganda pró-regime e frases e efeito como “Brasil ame-o o deixe-o” e “Brasil: o país do futuro” eram utilizados a exaustão. Muitas pessoas colocavam adesivos em seus carros com essas frases.

Devemos nos recordar que em 1970 o Brasil conquistou o tricampeonato mundial de futebol, que não foi desprezado por Médici como meio propagandístico do regime. O crescimento não ocorreu de forma uniforme, apenas aumentou o abismo entre os mais ricos e os mais pobres. Com as mudanças na demografia – com o aumento da população urbana – a desigualdade não pareceu evidente aos olhos. Nas cidades a população tinha melhor acesso a produtos eletrônicos do que no campo.

Apesar da queda do valor do salário-mínimo, ocorreu um massivo ingresso das mulheres no mercado de trabalho, equilibrando a renda familiar a níveis anteriores ao regime. Essa prosperidade durou somente até 1977, quando o crescimento desacelerou e chegou ao negativo em 1983, com -3,2%.

Algumas mudanças no campo dos direitos sociais ocorreram no período. A universalização da previdência só aconteceu após 1964. O primeiro ministro do Trabalho era um técnico da previdência. Tendo conhecimento incisivo, conseguiu dispor de um plano de reforma. Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Privada (INPS) dando lugar aos IAPs, em 1967, conquistando o seguro de acidentes de trabalhos.

Somente os setores do funcionalismo público, civil e militar não foram incluídos no INPS. Em 1971 foi fundado o Fundo de Assistência Rural (Funrural) abarcando os trabalhadores do meio rural na previdência. Em 1972 e 1973 foram incorporadas as empregadas domésticas e os autônomos.

Num balanço do período e do significado da cidadania, para José Murilo de Carvalho:

Comecemos pela relação entre direitos sociais e políticos. Nesse ponto os governos militares repetiram a tática do Estado Novo: ampliaram os direitos sociais, ao mesmo tempo em que restringiram direitos políticos. [...] Pode-se dizer que o

autoritarismo brasileiro pós-30 sempre procurou compensar a falta de liberdade política com paternalismo social. [...] A eficácia da tática foi menor no período militar.⁴⁸

Como podemos notar, é um período de retrocessos e avanços, onde as principais mudanças nos direitos sociais tinham por objetivo amortizar a todas as classes sociais, desde a alta com o forte crescimento econômico até a classe rural com a inclusão em direitos sociais antes restritos somente aos cidadãos, vendando-os para os acontecimentos tanto dentro dos prédios do governo quanto dentro dos muros das prisões.

Não são apenas os direitos que formam a cidadania. A construção de símbolos que reforcem a ideia de pertencimento também faz parte do que constitui um cidadão. De forma diferente em relação ao governo de Vargas, com o culto ao líder, os governos militares também trajaram formas de usos de símbolos nacionais, traçando continuidades entre os símbolos nacionais e o exército.⁴⁹

No segundo capítulo serão analisadas as representações construídas pelos militares do mártir Tiradentes como forma de legitimar o golpe. Analisando as diferenças discursivas ao longo do período de publicação das *Ordens do Dia* no Correio do Povo entre 1964 a 1968.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 190.

⁴⁹ Aprofundaremos essa questão na análise das *Ordens do Dia* no capítulo 2.

2 “FÉ E LIBERDADE”: A REPRESENTAÇÃO DE TIRADENTES ATRAVÉS DA ORDEM DO DIA

As *Ordens do Dia* são documentos produzidos pelo exército. Esses documentos não foram produzidos pelo Correio do Povo e, portanto, não expressam a visão do jornal. Foram publicados em jornais de grande circulação nacional ou local. Algumas *Ordens do Dia* foram publicadas em determinados jornais e em outros não. Um jornal no Rio Grande do Sul pode publicar uma determinada *Ordem*, enquanto outro jornal em outro estado pode não ter publicada essa mesma *Ordem*.

Apesar de serem documentos produzidos centralmente, no Rio de Janeiro até 1970, e distribuídos para serem publicados nos periódicos de circulação interna na instituição militar, a publicação em periódicos civis é despadronizada e varia conforme a região. Os documentos impressos durante o período da Ditadura Militar abordavam os mais diversos assuntos. No caso específico das publicações de 21 de abril, a documentação apresenta o mártir Tiradentes através de breve biografia, valores e importância dos inconfidentes e a relação com os militares.

Não é uma documentação vasta e apresenta a interessante abordagem de Tiradentes por produções feitas no seio do governo militar. Não são textos produzidos por historiadores de profissão ou entusiastas, populações locais da cidade de Ouro Preto – os portadores da memória – ou mesmo jornalistas, mas sim por militares. Foram encontradas duas *Ordens do Dia*, expedidas em 1966 e 1968.

Procurei pelas publicações da *Ordem do Dia* vinculados no jornal Correio do Povo pela ampla circulação local do periódico e pela possibilidade e leitura do texto pelos consumidores do jornal. Seria muita ingenuidade pensar que todos os compradores do jornal leram a *Ordem do Dia* e ainda por cima concordariam com suas pontuações.

É difícil constatar o impacto nos leitores das palavras. Ao se deparar com a *Ordem*, podemos apenas transcrever, em parte, o pensamento militar quanto ao herói cívico Tiradentes, tão valorizado pelo regime militar. Na *Ordem do Dia* publicada em 20 de Abril de 1966 existe uma nota anterior: “É a seguinte a Ordem do Dia do ministro da Guerra, a ser lida amanhã no Salão Verde, quando será inaugurado o retrato de Tiradentes”.

Apesar de ser voltado a uma cerimônia solene, o discurso foi publicado um dia antes da pronúncia no jornal. Provavelmente se deve à maior projeção do discurso e à circulação do texto, restrito apenas às paredes do Salão Verde, sendo de acesso a pouquíssimas pessoas, mas se publicado tem maior circularidade.

A inauguração do retrato se deve à obrigatoriedade de instituições ligadas ao poder público de comemorar o dia de Tiradentes segundo a lei nº 4 897 de 9 de dezembro de 1965. Essa *Ordem do Dia* está presente no caderno de notícias na página 7, no meio, e possui pouco destaque dentro do jornal. É interessante que no discurso não há qualquer referência ao fato de Tiradentes ter sido alferes. O principal objetivo do discurso é apresentar valores que representam os militares. Reproduzimos a *Ordem do Dia* integralmente.

Reverenciamos hoje o pró-mártir do Brasil, Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, o mais autêntico herói brasileiro, jovem que, matriculado na escola da vida, nela tudo aprendeu por esforço pessoal; e figura hoje no altar da Pátria como o chefe de uma conspiração idealista. O episódio de Tiradentes na história do Brasil materializa um repositório inesgotável de lições de democracia, fé e liberdade. Joaquim José era um republicano convicto, entusiasta dos ideais da Revolução Francesa e ardente admirador da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte. Contudo, Tiradentes não se limitou a amar e a querer a democracia e a República senão em todos os seus atos e palavras fez da democracia a sua filosofia de vida.

Sua vida marca bem a vocação pela democracia do povo brasileiro, que deve estar permanentemente na consciência dos homens públicos deste país. Tiradentes herdou dos pais, portugueses e católicos, estranho espírito religioso. Cultivou-o pela existência afora nas suas peregrinações e nas suas lutas. A fé haveria de dar-lhe fortaleza de espírito diante da morte. Nasceu, viveu e morreu em sua fé, diz-nos através de gerações o povo brasileiro, que aspira realizar seus grandes destinos com Deus e a democracia.

Joaquim José da Silva Xavier deu sua vida em holocausto às liberdades fundamentais do indivíduo e da nação: a liberdade da pessoa humana contra escravidão por outro homem e a liberdade contra a diminuição do povo por outro povo.

Esta a verdadeira mensagem da sua lição de liberdade.

No entanto, a não perceber muitas das lições que o mártir nos legou com que a evolução política brasileira, a partir do episódio de Lampadosa, se caracterizasse pela instabilidade. Em março de 1964, todavia, a nação brasileira se reencontrou com o ideal dos Inconfidentes e porque a Revolução democrática inspirou-se naquelas lições de democracia, fé e liberdade, marcará ela a retomada da marcha do Brasil em busca de seu verdadeiro destino.⁵⁰

É interessante notar como a *Ordem* apresenta Tiradentes formalmente pelo nome somente depois lhe conferir a nomeação mais conhecida. Tem-se uma forte impressão de *self-made man*⁵¹ na afirmação de formação e no caminho ao qual o personagem seguiu para a sua

⁵⁰ Correio do Povo. 21 de abril de 1966, p. 7.

⁵¹ Conceito norte-americano que significa que um homem pobre, pelo esforço pessoal consegue alcançar sucesso profissional e social, justificados através do darwinismo social em oposição aos movimentos operários. É uma visão essencialmente de direita.

vida. A *Ordem* afirma que Joaquim José formou-se só na *escola da vida*, ou seja, a educação não foi formalizada e praticamente tudo que aprendeu foi pela experiência, afastando-o das camadas de elite e se aproximando da população humilde.

Atenta-se à palavra *só* que antecede *escola da vida*. Seria essa a única formação do pró-mártir da nação. Ao longo do texto ainda notamos que não há qualquer tipo de referência aos outros conspiradores do movimento da Inconfidência Mineira e nem das motivações econômicas da cobrança do imposto da derrama por Portugal.

O relato resume-se a exaltar a figura de Tiradentes e do pensamento republicano, inspirado pela Constituição dos Estados Unidos da América e pela Revolução Francesa⁵², sendo que o movimento inconfidente ocorreu no mesmo ano que marca o início da Revolução francesa em 1789: a queda da Bastilha.

A Revolução Francesa é usada como recurso narrativo que reforça as origens modernas do pensamento republicano. Torna-se uma oportunidade de introduzir a palavra *revolução*⁵³ sem necessariamente vinculá-la diretamente ao golpe na introdução da *Ordem*.

A produção do texto procura ser clara e provocar impacto no leitor. Não necessariamente procura ser um resumo histórico calcado em pesquisas. Ao longo do discurso há a presença de uma luta de liberdade e democracia de Tiradentes contra forças externas da coroa portuguesa. Apesar de não ter nenhuma palavra no texto referente a comunismo, traça-se uma continuidade entre a inconfidência e o golpe.

O discurso traz uma breve justificativa para os acontecimentos contemporâneos e as ações tomadas pelo governo militar para eliminar a oposição ao regime. “Sua vida marca bem a vocação pela democracia do povo brasileiro, que deve estar permanentemente na consciência dos homens públicos deste país.”⁵⁴ Durante esse período, vários políticos tiveram seus mandatos cassados por atividades subversivas. A justificativa principal era a ameaça à segurança nacional. No caso, deve-se recordar que o emprego da palavra democracia não é absurda, fazendo parte do léxico militar que justifica o golpe.

Outro ponto reforçado é a questão religiosa. A religião de José Xavier, católica, é posta como bastião que trouxe do berço até a morte. Devemos recordar que, em muitas representações pictóricas de Tiradentes, entre os mais famosos estão os quadros de Pedro

⁵² O uso tanto da independência das colônias norte-americanas quanto a Revolução Francesa refere-se ao pensamento iluminista que direcionou tanto esses dois movimentos quanto a Inconfidência Mineira. Um dos inconfidentes chegou a trocar cartas com Benjamin Franklin.

⁵³ No ponto de vista dos militares o golpe recebe a nomenclatura de uma *Revolução Democrática* contra as forças do comunismo e do projeto de dominação do Brasil.

⁵⁴ Correio do Povo. 20 de abril de 1966, p. 7.

Américo. Encontramos a imagem de um homem de barba e cabelos longos, vestido de branco, muito próximo – mas sem se confundir – da imagem católica de Jesus Cristo. O uso da palavra fé e a concepção de garantir um sentido religioso às ações da inconfidência em nome da democracia.

Tal concepção traz a relação com o conservadorismo presente nas camadas médias da sociedade, em parte, que apoiaram o golpe, como podemos nos recordar da Marcha da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade. O reforço da religião e do emprego de palavras como fé produzem um antagonismo ao ateísmo comunista. Projeta o exército como protetor dos valores católicos e do conservadorismo.

O discurso traz o sacrifício de Tiradentes. “Joaquim José da Silva Xavier deu sua vida em holocausto às liberdades fundamentais do indivíduo e da nação”.⁵⁵ O uso da palavra holocausto usada pode causar estranheza num primeiro momento ao leitor usual do jornal. O significado aqui empregado faz referência ao sacrifício em nome de um projeto de república. A palavra é empregada comumente ao assassinato de milhões de judeus durante a segunda-guerra mundial. As imagens do holocausto judeu são reproduzidas nas mais diversas mídias. O emprego da palavra traz um duplo significado ao trazer imagem de horror e sacrifício, reforçando ainda mais a condenação à morte de Tiradentes.

O parágrafo termina com a contraditória sentença que procura resumir a principal filosofia de Tiradentes como exemplo a ser seguido “a liberdade da pessoa humana contra escravidão por outro homem e a liberdade contra a diminuição do povo por outro povo”.⁵⁶ Apesar de parecer contextualizado no período do Brasil Colônia, essa última sentença, segundo minha interpretação, faz referência ao momento político brasileiro na década de 1960, onde na interpretação dos militares que promoveram o golpe a *Revolução Democrática*⁵⁷ salvou o Brasil da submissão a uma nação estrangeira e da escravidão dos homens.

Essa nação não seria a Coroa Portuguesa, mas sim a União Soviética e o perigo comunista. Essa visão é afirmada ao transpor o tempo da inconfidência ao tempo da contemporaneidade, quando a Ordem afirma que o caminho que Tiradentes começou, na luta pela liberdade, fé e democracia, teve continuidade com a Revolução Democrática, como melhor conhecemos o golpe promovido pelos militares.

⁵⁵ Idem, p. 7.

⁵⁶ Idem, p. 7.

⁵⁷ Modo como os militares nomeiam o golpe promovido em 1964.

A linha narrativa de uma história de vida de Tiradentes é contada sobre o viés do destino. Desde o nascimento, segundo a Ordem, Joaquim José estaria destinado ao sacrifício em nome da liberdade e da democracia. Em suma, o texto é construído em duas temporalidades, da inconfidência e do golpe, sendo o segundo uma continuidade do primeiro.

Segundo o discurso da Ordem do Dia, os militares que realizaram o golpe em 1964 seriam os herdeiros naturais da república, democracia e valores morais baseados no catolicismo que guiaram a vida e pensamento de Tiradentes. Cria-se uma dicotomia entre os valores representados por Tiradentes e o julgo da Coroa Portuguesa. Refletindo na contemporaneidade, entre o governo militar e o comunismo, possuem, respectivamente, os mesmos valores e ameaças.⁵⁸

A seguinte ordem foi publicada no dia 20 abril de 1968 em um sábado. A própria primeira página onde está publicada a Ordem do Dia é uma ótima representação do agitado ano de 1968. No espaço da página estão as notícias da prisão do suspeito de assassinato de Martin Luther King, além de negociações entre Washington e Hanói durante a Guerra do Vietnã.

A *Ordem* está em posição de destaque, acima e a esquerda da página. A autoria da *Ordem* é do General Aurélio de Lyra Tavares⁵⁹, ministro do exército. Nesse discurso, Tiradentes fica em segundo plano; não é traçada uma biografia do pró-mártir ou dos inconfidentes, mas sim se traça um paralelo entre a Segunda-Guerra e a luta contra as forças subversivas, onde se defendem os valores – como a democracia – ameaçados pelas forças externas. Exalta-se a figura do soldado, que luta para manter a liberdade e a democracia. Reproduzimos abaixo integralmente a *Ordem do Dia*.

As homenagens que o Exército presta, hoje, ao patrono Cívico da Nação, devem constituir ensejo para que o soldado brasileiro compreenda e sinta, na evocação do próprio exemplo de Tiradentes, os seus compromissos com a defesa da liberdade. Foi essa grande bandeira que o protomártir da independência desfraldou e defendeu, até o limite do sacrifício da vida, e que o Exército Brasileiro, nascido das próprias lutas da independência, tem sabido sustentar. Através dos tempos, em todas as conquistas do espírito entranhadamente democrático da Nação brasileira ante quaisquer ameaças, internas e externas.

⁵⁸ Democracia, fé e liberdade para Tiradentes/militares e submissão e escravidão dos homens para coroa portuguesa/comunistas.

⁵⁹ O general Aurélio de Lyra Tavares foi ministro do exército durante o governo de Costa e Silva. Após o afastamento por motivos de saúde de Costa e Silva da presidência, compôs a junta militar que governou o Brasil junto ao almirante Augusto Rademaker (marinha) e o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (aeronáutica) até a posse da presidência pelo general Emílio Garrastazu Médici. Foi embaixador em Paris entre 1970 e 1974. Possuía grande apreço às letras, foi membro da Academia Brasileira de Letras pelas suas poesias, na qual usava o pseudônimo de Adelita. Foi autor da letra da Canção da Engenharia do Exército Brasileiro. Faleceu em 1998 aos 93 anos.

Sob essa mesma inspiração que sempre o identificou com o povo, nosso Exército atuou nas lutas pela Abolição e pela República, na defesa das instituições democráticas, e manteve, como sempre manterá, sua intransigente oposição aos regimes de força e as ideologias totalitárias de todos os matizes.

Esses mesmos ideais conduziram o soldado brasileiro nos campos de batalha da Europa e, hoje, o conduzem na luta contra os que tentam subverter, pela violência, as sagradas conquistas da democracia perturbando o trabalho construtivo do povo e a tranquilidade da família brasileira.

O grande e geral anseio da nação, de trabalhar, desenvolver-se e tornar-se forte, em regime de liberdade responsável, é, também o dos soldados de Caxias, como cidadãos pertencentes, indistintamente, a todas as classes do país.

Nas fileiras do Exército, eles anualmente se renovam e se preparam para o dever precípuo de resguardar as instituições e a ordem, dentro da missão maior de manter o Brasil independente e livre, com que sonhou Tiradentes.

O culto que hoje presta o Exército Brasileiro ao Patrono Cívico da Nação. Pelo transcurso do 21 de abril, não está apenas nas cerimônias com que festejamos a data histórica do seu sacrifício pela pátria, senão nas atividades diárias em que todos os nossos quartéis preparam e adestram cidadãos, para a mesma e nobre tarefa de preservar seus destinos, a sua liberdade e a sua independência, na continuidade dos tempos e o respeito permanente aos que, a começar por Tiradentes, deram tudo de si, e até a própria vida, à sagrada causa do Brasil.

Essa é também, como sempre foi, a nossa relevante missão em todas as conjunturas, por mais que se transfigurem as situações, as formas de ameaça e os adversários, ostensivos ou disfarçados. Ela reclama a vigilância indormida e a progressiva adaptação do Exército à realidade da época e dos fatos.

E é na fidelidade integral a essa missão, permanente e sagrada, que a nossa Instituição Militar comemora no dia de hoje, na reverência do seu culto cívico, a memória de Tiradentes, o Patrono Cívico da Nação.⁶⁰

Como podemos notar, o discurso promove o soldado e o exército como defensores da democracia contra as forças externas. É uma indicação da visão e justificativa militar da proteção que o golpe exercia contra uma invasão comunista. O ponto fundador é dado como as guerras de independência.

Até 1822 as forças militares presentes no Brasil pertenciam à coroa portuguesa. A partir do momento que ocorre uma luta das forças brasileiras contra forças portuguesas que resistiam à declaração de independência, foi assinado o nascimento das forças armadas brasileiras.⁶¹

O ponto inicial na proteção da liberdade são as guerras de independência. As intervenções do exército imperial nas revoltas que ocorreram durante o Brasil Império, que tinham projetos republicanos, como a Confederação do Equador, não são citadas no documento.

A atuação do exército no período imperial é completamente ignorada. O discurso

⁶⁰ Correio do Povo. 20 de abril de 1968. Primeira página.

⁶¹ Segundo a *Ordem do Dia*. Devemos ressaltar que o momento de fortalecimento e afirmação das forças armadas ocorre somente a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870) quando o exército imperial, junto a Argentina e Uruguai através da Tríplice Aliança enfrentou o Paraguai. Após a conclusão do conflito, o exército passou a ganhar prestígio e influencia política.

localiza-se temporalmente nas guerras de independência, na abolição, passagem do Império para República, na Segunda Guerra Mundial e no golpe como momentos-chave da defesa da liberdade. O exército identifica-se como herdeiro da luta e do sacrifício de Tiradentes. Qualquer ação tomada pelas forças armadas, segundo a interpretação da visão trazida pelo discurso, vai ao encontro aos ideais e valores promovidos por Joaquim José da Silva Xavier.

Essa ideia se aproxima da *Ordem do Dia* publicada em 20 de abril de 1966, onde a mesmo conceito de herdeiros de Tiradentes também está presente, no caso da *Ordem* de 1968. A ideia é impressa de modo muito mais aberto e direto. Trazer exemplo do sacrifício de Tiradentes torna-se importante como exemplo do que cada soldado estaria disposto a fazer em nome de uma luta pela liberdade e contra as forças subversivas.

Diversas intervenções e atuações do exército brasileiro são nomeadas como uma suposta luta pela “Abolição e pela República”. Como sabemos, principalmente no segundo caso, o processo de transição do império para a república foi organizado pelas elites, sem qualquer participação popular. Na continuação da frase notamos uma referência e justificativa para ditadura militar “na defesa das instituições democráticas, e manteve, como sempre manterá, sua intransigente oposição aos regimes de força e as ideologias totalitárias de todos os matizes.”⁶²

O governo militar é justificado como uma luta em nome da democracia e contra regimes autoritários. O discurso traz, nas entrelinhas, uma luta anticomunista que justifica o golpe e as ações cada vez mais duras do governo militar, como o AI-5, promulgado ao final daquele mesmo ano.

O discurso constrói um paralelo entre a Segunda-Guerra Mundial e a contemporaneidade. “Esses mesmos ideais conduziram o soldado brasileiros nos campos de batalha da Europa e, hoje, o conduzem na luta contra os que tentam subverter, pela violência, as sagradas conquistas da democracia perturbando o trabalho construtivo do povo e a tranquilidade da família brasileira.”⁶³

Compara-se a luta contra os regimes totalitários de Mussolini e Hitler, onde os soldados brasileiros atuaram com a missão de lutar contra as forças totalitárias. O conflito é continuado na luta contra as forças subversivas, ou seja, o comunismo. O exército seria o agente de manutenção do povo e da família contra as forças subversivas numa dicotomia entre o bem e o mal.⁶⁴

⁶² Correio do Povo. 20 de abril de 1968. Primeira página.

⁶³ Idem, primeira página.

⁶⁴ O exército representa o bem, enquanto as forças subversivas representam o mal.

O discurso segue com a declaração da origem dos soldados, agentes da luta pela liberdade. Após expor novamente os valores, como trabalho e liberdade como os desejos da nação, o texto se direciona aos soldados de Caxias, numa referência ao Duque de Caxias⁶⁵, patrono do exército brasileiro. O discurso define a posição dos soldados “como cidadãos pertencentes, indistintamente, a todas as classes do país.”⁶⁶ O soldado pertence e protege a todas as classes sociais. Ao entrar no exército, os traços que lhe definem na sociedade como indivíduo são retirados, menos a de cidadão. Nesse caso, a aplicação do conceito de cidadão difere do civil.

Seguindo o discurso, onde a origem do soldado é descrita – “Nas fileiras do Exército, eles anualmente se renovam e se preparam para o dever precípua de resguardar as instituições e a ordem”⁶⁷ – na frase a palavra *eles* refere-se aos cidadãos alistados no exército, passam a fazer parte das engrenagens que compõem as forças armadas. Deixando para trás a condição simples cidadão, para a tarefa de defesa dos cidadãos, institucionalizando a defesa da cidadania.

A distinção entre o soldado e o cidadão – segundo a interpretação do discurso da *Ordem do Dia* – é o dever da defesa dos direitos ameaçados pelas forças subversivas. O exército assume o papel de protetor do cidadão⁶⁸, ou seja, ao cidadão cabe o papel passividade em relação à própria condição, enquanto o exército é o responsável pela garantia dos direitos básicos, como liberdade e democracia. A conversão é citada como “nas atividades diárias em que todos os nossos quartéis preparam e adestram cidadãos.”⁶⁹

É interessante notar as palavras escolhidas que definem a transição entre cidadão e soldado, no interior dos quartéis “adestram cidadãos”. Os soldados garantiriam as liberdades individuais da sociedade abrindo mão da própria. A palavra *adestram* possui um forte significado; remete tanto à doutrinação sem espaço para as críticas quanto ao adestramento de animais.

Para fechar o discurso, constrói a continuidade das lutas que o exército travou “em

⁶⁵ Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, também era conhecido o Marechal de Ferro e o Pacificador. Venha de uma família de tradição militar, portuguesa e posteriormente a 1822, ao exército brasileiro. Lutou contra diversas revoltas ocorridas durante o período imperial, como a Revolução Farroupilha e a Balaiada. Lutou em guerras contra nações estrangeiras, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai. Faleceu em 1880. Em 1962 foi declarado “Patrono do Exército Brasileiro”.

⁶⁶ Correio do Povo. 20 de abril de 1968. Primeira página.

⁶⁷ Idem, primeira página.

⁶⁸ Não existe espaço para a luta por direitos dos cidadãos. Na visão impressa nessa Ordem do Dia a única luta é a que o exército se compromete a fazer e os únicos direitos são os que a constituição permite.

⁶⁹ Correio do Povo. 20 de abril de 1968. Primeira página.

todas as conjunturas, por mais que se transformem as situações”.⁷⁰ É interessante notar que essa *Ordem do Dia* expedida dia 20 de abril de 1968, ao fim do mesmo ano, em 13 de dezembro, foi declarada a AI-5, onde se iniciam os anos mais devastadores do Regime Militar no Brasil.

Num exercício de interpretação, esse documento – discursado nos diversos quartéis espalhados pelo país – pode ser considerado como uma preparação para a ação mais repressiva que tomaria a dianteira do exército. As adaptações feitas contra as ameaças dos adversários seriam o endurecimento da repressão e a tortura que passaram a fazer parte da luta contra as forças subversivas. Cada vez que inimigo muda seu formato de ação, o exército se adapta para enfrentar esse inimigo.

Essa *Ordem do Dia* é um discurso pesado. Apesar de ser uma homenagem a Tiradentes, procura exaltar o poder do exército em mudar e manter a liberdade no Brasil. Na dissertação de mestrado de Aline Fonseca Carvalho, a autora não encontrou nos periódicos publicados ao grande público essa *Ordem do Dia*. Segundo ela, ficou restrita ao interior dos quartéis. “Nesse ponto é preciso lembrar que ao contrário da *Ordem do Dia* de 1964, essa não foi aberta ao grande público e sim ficou restrita à circulação interna dos quartéis.”⁷¹

Por que será que nos periódicos de grande circulação de Minas Gerais essa *Ordem do Dia* não foi publicada, enquanto no Rio Grande do Sul ocupou a primeira página? É uma questão que infelizmente não temos resposta. Apenas podemos levantar a possibilidade que foi publicada em Porto Alegre pela importância militar que o estado possui.

Por estar localizada em uma região de fronteira, nos países vizinhos muitos exilados políticos procuraram auxílio. Grandes políticos que tiveram seus mandatos cassados, como Leonel Brizola, exilaram-se no Uruguai. Pela proximidade e pela possibilidade desses exilados lerem a *Ordem do Dia*, principalmente nesse ano de 1968, discorre um discurso pesado lido nos quartéis, como uma mensagem de ameaça, que o exército estaria preparado contra qualquer ofensiva, assim como o fez no passado.

No terceiro capítulo abordaremos as outras publicações presentes no periódico *Correio do Povo* tanto de produção externa ao jornal, mas aprovado para publicação, quanto de produção interna com a coluna política semanal de Fay de Azevedo.

⁷⁰ Idem, primeira página.

⁷¹ CARVALHO, Aline Fonseca; FURTADO, João Pinto. *A conveniência de um legado adequável: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2006 p. 55.

3 PUBLICAÇÕES DO CORREIO DO POVO

Além da *Ordem do Dia*, produzida por militares pertencentes ao governo que vinculavam a visão do exército, outras publicações estavam presentes no Correio do Povo. No presente capítulo, abordamos as publicações enviadas por leitores, os comentários políticos de Fay de Azevedo que fazem citações a Tiradentes e as notícias relacionadas ao tema referentes à Polícia Militar. Este capítulo se dividirá em três partes, cada qual referente a um dos pontos citados.

3.1 EDITORIAIS: A VISÃO DE UM HERÓI ATRAVÉS DAS COLABORAÇÕES EXTERNAS

No Correio do Povo é possível encontrar publicações enviadas por autores externos à redação do jornal. Assim como na *Ordem do Dia*, são textos que não foram escritos por jornalistas que trabalham no interior da concepção do periódico. No domingo, dia 18 de abril de 1965, há uma extensa publicação assinada por Áttila do Amaral, entusiasta historiador, com o título *Mártir da Inconfidência*.

O texto é muito bem escrito e possui um léxico rebuscado. A linguagem preza pelo estilo literário. É a mais longa e completa publicação encontrada em todo período ao qual essa pesquisa se debruçou. O autor traçou uma pequena pesquisa histórica e cita diversas obras para sustentar seus argumentos. Entre essas obras, o autor cita *História da Conjuração Mineira* de Joaquim Norberto e *As Razões da Inconfidência* de Antônio Torres.

Apresentaremos alguns excertos para demonstrar a construção textual e a visão acerca da Inconfidência Mineira presente na publicação. Esse recorte é parte da introdução.

Quando mais recordamos e nos distanciamos do sacrifício de Tiradentes, ocorrido em 21 de abril de 1792, mais se agiganta perante seus póstumos, num plano de largos horizontes, o precursor intemorato de nossa independência que arrostou, sozinho e com a própria vida toda a responsabilidade pela conjuração mineira, definindo-se como verdadeiro chefe, sereno, condutor de homens, peça primordial do trágico episódio e exemplo singular de patriotismo.⁷²

⁷² Correio do Povo. 18 de abril de 1965, p. 4.

A imagem de mártir traçada emprega o conceito de herói único. Além de colocar todo o peso da punição dos lusitanos, ainda apresenta-se como o chefe supremo, que soube conduzir e aceitar a condenação em nome do patriotismo e dos conceitos de iluministas. No seguinte excerto, a data da execução é comparada a outro momento histórico.

Amanheceu o dia 21 de abril de 1792, que era o último da semana. O sol elevava-se pomposo e belo sobre o horizonte da pátria! Oh! Era o sol que nesse dia mostrara a Pedro Alveres Cabral os primeiros sinais da terra de Santa Cruz.⁷³

O recorte demonstra a única relação que a publicação faz com outros momentos históricos – a chegada e posse dos portugueses – relacionando dois momentos considerados como fundadores da terra: a descoberta e o sacrifício. O segundo excerto traz a relação com a paixão de Cristo. “Ao despedir-se para vestir a alva, tirou também a camisa e tingiu seus lábios com estas belas palavras: “o meu Redentor morreu por mim também assim.”⁷⁴

É traçado um paralelo da condenação e morte de Tiradentes com Jesus Cristo. Nas linhas seguintes da publicação⁷⁵ o caminho do condenado da prisão até o local do enforcamento é descrito como uma procissão religiosa. Ao fim, Tiradentes é declarado como mártir.

Cumpridas após, todas as disposições da sentença estava consumada a grande tragédia que durou cerca de dois anos e que converteu em seu inolvidável mártir, o ardoroso patriota que foi Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes. Reverenciamos a memória do grande herói ao transcurso de 173 anos de seu martírio.⁷⁶

Ao finalizar a publicação, nota-se a visão empregada pela história oficial republicana, ao tratar Tiradentes como Cristo da pátria, mártir da liberdade e da independência. Diversificado das produções vinculadas pelas forças armadas, carregam o conceito de continuidade da luta pela liberdade por parte do exército. Esse é o principal exemplar de contribuições externas⁷⁷ de produção não oficial vinculado no Correio do Povo durante o período.

⁷³ Idem, p. 4.

⁷⁴ Idem, p. 4.

⁷⁵ Não serão reproduzidas no corpo do texto, mas sim apenas pequenos excertos.

⁷⁶ Idem, p. 4.

⁷⁷ Com exceção do Correio Infantil que também conta com textos enviados. São publicações dedicadas a públicos diferentes.

3.2 “VULTOS DE NOSSA HISTÓRIA”: EDITORIAL “SEMANA POLÍTICA” DE FAY DE AZEVEDO

Existem duas publicações assinadas por Armando Fay de Azevedo, do editorial, vinculadas no Correios do Povo que trazem alguma correspondência à visão do jornal⁷⁸ quanto aos inconfidentes. A publicação era vinculada aos domingos com o nome de *Semana Política*, um espaço do jornalista Fay de Azevedo comentar as notícias da semana relativas à política.

A coluna é publicada no canto superior direito e ocupa praticamente metade da página onde está inserida. A coluna é publicada juntamente com as notícias políticas. Diferentemente da *Ordem do Dia* ou mesmo de outras publicações, como as contribuições de leitores e notícias, a *Semana Política* revela como o jornal encara a história oficial vinculada pelas produções externas. Destacamos que o foco da publicação não está em Tiradentes. Por ser uma publicação semanal, a abordagem consiste em comentar os diversos acontecimentos dos dias anteriores.

Na semana comemorativa de 21 de abril exerce grande possibilidade de algum comentário. A primeira publicação foi em 24 de abril de 1966. Um quadro, abaixo do título, anuncia os principais temas a serem abordados. Neste quadro avistamos a frase “Tiradentes com cabeleira e barbas”.

A discussão produzida pelo jornalista é entorno das características físicas vinculadas a Tiradentes, barba e cabelos compridos, sendo que os condenados tinham cabelos e barba raspados antes de serem conduzidos à forca. Trazemos alguns excertos da coluna publicada no Correio do Povo. “Depois, quinta-feira, veio o 21 de abril, desta feita precedido de uma bizantina controvérsia em torno da capilaridade do Protomártir da Independência, agora consagrado com o título oficial de ‘Patrono cívico do Brasil’”.⁷⁹

Fay de Azevedo traz referência à lei⁸⁰ promulgada pelo governo militar em 9 de dezembro 1965 que define Joaquim José da Silva Xavier como patrono cívico da nação brasileira, obrigando as instituições públicas a comemorarem a data.⁸¹ O jornalista ainda

⁷⁸ Refiro-me a visão do jornal por ter sido publicado no Correio do Povo, no entanto, a coluna de Fay de Azevedo conta com uma estrutura dissertativa diferente de notícias e matérias - prezam por uma linguagem que busca a “neutralidade” – enquanto a coluna é construída através de comentários sobre as principais notícias vinculadas durante a semana.

⁷⁹ Correio do Povo. 24 de abril de 1966, p. 7.

⁸⁰ Lei nº 4 897 de 9 de dezembro de 1965.

⁸¹ A única referência encontrada a lei nº 4 897 foi uma notícia vinculada em 20 de abril de 1967 que aborda a obrigatoriedade das escolas de comemorarem o 21 de abril em função da lei.

comenta a relevância da discussão em torno da questão capilar de Tiradentes.

Vultos de nossa história, como Tiradentes, José Bonifácio, Duque de Caxias, Rui Barbosa, são, antes de tudo, símbolos. Símbolos de aspirações decisivas da nacionalidade. E como tais devem permanecer intocáveis para a reverência da posterioridade. Sobretudo, numa hora como a atual, de novos rumos para a esta nossa eternamente instável e subdesenvolvida democracia. Hoje, o símbolo “Tiradentes” ganha expressão e densidade – porque deve servir de inspiração e guia à arrancada para a implantação de uma nova ordem democrática realística, que, através de um desenvolvimento factível e estável leve à efetiva independência sonhada por Tiradentes.⁸²

Fay de Azevedo em sua conclusão da discussão sobre a imagem construída de Tiradentes de barba e cabelos compridos leva a irrelevância da discussão de um símbolo. Separando o personagem histórico de sua representação simbólica de patrono cívico, conclui que devem ser deixados acomodados para reverência e que são esses símbolos que definem a nacionalidade em tempos conturbados. Descreve a importância que Tiradentes ganhou no governo militar, sob a ótica de ser uma *democracia realística*. Nesse ponto demonstra uma defesa do símbolo para a construção da democracia através de uma ditadura militar.

Em 21 de abril de 1968 temos disponível uma segunda publicação de Fay Azevedo nos mesmos moldes anteriores. A data da publicação coincidiu com o feriado. Na caixa de texto anunciam-se os temas tratados “21 de abril: Tiradentes e Brasília – Personagem, símbolo e momento histórico.”

Como podemos notar pelo próprio título, o autor traz referências paralelas de Tiradentes e a fundação de Brasília. Invés de guiar a introdução através do léxico de mártir, símbolos e entre outras palavras referidas a Tiradentes, a primeira palavra escrita é *personagem*. Iremos reproduzir alguns recortes da coluna e não a publicação inteira.

Na introdução, Fay de Azevedo traça um paralelo com a fundação de Brasília. “Até 1960 a data que este ano cai num domingo 21 de abril, tinha uma só motivação histórica, um só significado patriótico, um só simbolismo cívico: era o ‘Dia de Tiradentes’.”⁸³ A mesma data, mais adiante na coluna, quando descreve o aniversário da fundação de Brasília, é citada. “Mas, já agora, faz oito anos que 21 de abril tem um significado adicional. [...] muito mais simbólica do que realmente, se transferiu a sede do Governo (na acepção ampla do termo) da União para uma cidade faraônica, inconclusa e longínqua: Brasília.”⁸⁴

Ao longo da coluna, Fay de Azevedo traça uma imagem humana de Joaquim José da

⁸² Correio do Povo. 24 de abril de 1966, p. 7.

⁸³ Idem, p. 7.

⁸⁴ Idem, p. 7.

Silva Xavier através de uma breve biografia e um histórico do movimento da Inconfidência Mineira. Em nenhum momento cita a traição. Descreve as profissões de Tiradentes antes do envolvimento com os inconfidentes e o contato com as ideias iluministas. Fay de Azevedo constrói na coluna a ideia que a luta pela independência ainda não está acabada.

Hoje, 176 anos depois do martírio de Tiradentes e quase 146 anos após a Independência, a luta ainda prossegue, embora, afortunadamente em termos bem diversos. Pela libertação total da ignorância e da pobreza e para impedir qualquer espécie de opressão, venha de onde vier. [...] Num domingo de glorioso sol (como desejamos que seja este e todos os demais domingos) sua figura e seu sonho devem ser lembrados. Juntamente com a imagem daquele outro Brasil com que ele e todos nós (não intoxicados por exotismos e slogans) sonhamos.⁸⁵

No parágrafo que finaliza o espaço da coluna reservado a comentar sobre Tiradentes conclui que a luta pela independência ainda prossegue no Brasil, somente depois combater ignorância e pobreza estaremos libertos. Fay de Azevedo traz uma linha controversa: a independência depende também da luta contra a opressão “venha de onde vier”. O significado da opressão pode ser tanto a ameaça comunista quanto a própria Ditadura Militar.

Continuando a leitura da coluna, podemos concluir que a opressão pode sim referenciar-se ao governo. O autor relembra que a memória de Tiradentes deve ser lembrada junto à imagem de outro Brasil, não aquele contemporâneo “intoxicado por exotismos e slogans” que se interpreta como a propaganda de liberdade e democracia promovida pelo governo militar.

Para finalizar, na coluna que aborda o aniversário de Brasília, encontra-se a seguinte citação. “Além de tudo isso foi em Brasília, não se esqueça, que começou a sucessão de desastros, através de três desastradas presidências da República, a qual levou ao desfecho revolucionário de 31 de março de 1964.”⁸⁶ Fay de Azevedo não parece considerar o golpe militar como uma Revolução Democrática e herdeira dos sonhos de liberdade de Tiradentes e contra as forças subversivas. Parece sim ser de opinião que foi consequência de presidências fracas que geraram a oportunidade de um golpe a tanto tempo esperado pelas forças militares.

Continuamos sem poder concluir a posição política de Fay de Azevedo – como citado anteriormente –, mas a balança parece pender para uma crítica ao golpe, mas sem qualquer guinada à esquerda na busca de um contragolpe. Em suma, num exercício de interpretação, consideramos tal coluna como uma crítica ao governo, que utilizou Tiradentes e o 21 de abril como símbolos da luta contra as forças subversivas, contrárias aos militares que usaram os

⁸⁵ Idem, p . 7.

⁸⁶ Idem, p . 7.

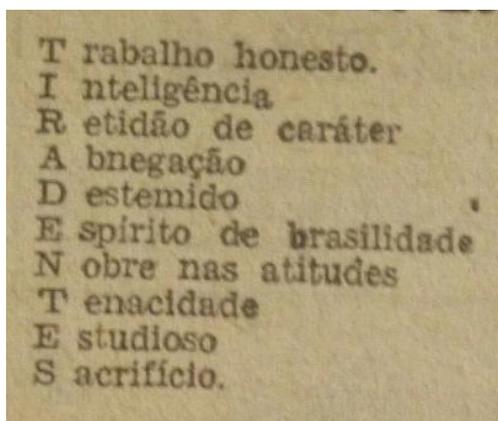
mesmos símbolos como justificativa para a opressão.

3.3 “SACRIFÍCIOS”: TIRADENTES, O PATRONO DA POLÍCIA MILITAR

Existem poucas notícias relativas ao feriado de 21 de abril. A maior parte das publicações resume-se a notícias militares. Dentro do jornal do Correio do Povo vinculado no período, é possível encontrar uma página exclusiva para notícias de interesse aos carreiristas da aeronáutica, marinha e brigada militar. Eventos e promoções tinham seu espaço dedicado.

Tiradentes é patrono da polícia em âmbito nacional. A maioria das notícias relacionadas a Tiradentes consistem na divulgação de cerimônias de entrega de prêmios que possuem a nomeação em homenagem a Tiradentes. Nesse campo encontramos notícias da cerimônia de entrega do Espadim Tiradentes⁸⁷ aos cadetes do Curso de Formação da Brigada Militar em dois momentos, 21 de abril de 1965 e 19 de abril de 1966. Trata-se do mesmo texto, apresentando a cerimônia, local do evento, horário e o nome daqueles que receberam o espadim.

Foi vinculada uma notícia dia 21 de abril de 1967 de autoria do Maj. Pedro Américo Leal que explica o porquê de Tiradentes ser patrono da polícia do Brasil, construindo através do nome Tiradentes os valores seguidos pela instituição da Polícia Militar.



⁸⁷ Segundo informação encontrada no site da Brigada Militar: “O Espadim Tiradentes, símbolo do Aluno Oficial, provém da época dos czares, quando o Comandante do Exército Russo, Alexandre III, solicitou ao seu armeiro que fabricasse pequenas espadas de aço a fim de que os Príncipes do Império as usassem até estarem aptos para exercer a função de Comando. Os jovens aristocratas russos difundiram o Espadim, pelo seu uso constante em cerimônias cívicas e militares, na Europa, tornando-se um hábito das Escolas Militares de todo o mundo. O Espadim usado pelo Aluno Oficial da Academia de Polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul, é denominado “Espadim Tiradentes” em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”, patrono das Polícias Militares do Brasil. Em sua lâmina encontra-se gravada a expressão em latim “PRO LEGE VIGILADA” que significa “PARA VIGILÂNCIA DA LEI”. Conforme Regimento Interno do Departamento de Ensino da Brigada Militar, no seu Art 121, § 3º - A entrega do Espadim Tiradentes aos novos alunos-oficiais será efetivada, sempre que possível no dia 21 de abril, em solenidade especial a ser regulada nas disposições particulares da APM.” <http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/apm/espadim.html> Acesso dia 23 de outubro de 2012.

Figura 1: Através da palavra Tiradentes, cada letra passa a simbolizar alguma valor referente a instituição da Polícia Militar, tornando esse um dos motivos da escolha de Joaquim José da Silva Xavier como patrono.

Tiradentes no martírio e o no sangue derramado pela pátria é identificado pelo corpo policial pelo sacrifício de sangue feito na morte de diversos policiais em serviço, inclusive nomeando algumas alguns policiais assassinados em serviço. O sangue dos polícias é comparável ao sangue do mártir, derramado em nome da pátria e na luta pela paz, segundo a notícia.

3.4 A CHARGE DO SOFRENILDO

Sofrenildo é um personagem criado por Paulo Brasil Gomes de Sampaio, mais conhecido pelo pseudônimo de SamPaulo. SamPaulo iniciou a carreira jornalística em 1954 no jornal *Clarim*. Em 1966 criou junto ao Correio do Povo o personagem Sofrenildo. O jornalista vinculou semanalmente uma charge do Sofrenildo para o Correio do Povo até 1984, quando Sofrenildo passou a ser vinculado no jornal Zero Hora até sua morte em 1999.

O personagem Sofrenildo é apresentado como um brasileiro que em todas as situações em que se envolve acaba sempre mal. A narrativa é contada em poucos quadros, em média de três a quatro. O tema normalmente se relaciona a uma notícia importante, época do ano, data comemorativa e em ações personificadas do personagem. As charges prezam pela simplicidade do humor empregado e ingenuidade do personagem-título.

Em 21 de abril de 1968 a charge apresentada fazia referências a Tiradentes. A piada já foi utilizada pelo próprio Correio do Povo em 1966 no caderno Correio Infantil. O humor do quadro brinca com a ocupação de extrair dentes de Joaquim José da Silva Xavier que lhe rendeu o nome de Tiradentes. Na charge Sofrenildo, o personagem resolve assumir uma postura cívica e participar das comemorações do 21 de abril, mas sem saber o que fazer. Sofrenildo avista uma porta com a placa Tiradentes e, ao entrar, encontra um dentista que lhe extrai todos os dentes sem questionamento.



Figura 2. A charge é originalmente disposta em uma coluna vertical composta pelos quatro quadros. A imagem foi recortada e disposta em duas partes para facilitar a visualização.

Meio a *Ordem do Dia*, publicada no dia anterior e outras publicações que referenciam Tiradentes a mártir utilizando léxico que compreende palavras como sangue e sacrifício, a charge destaca-se pelo humor e a falta de referências de protomártir utilizadas em outras publicações vinculadas no jornal *Correio do Povo*. O uso do herói baseia-se no alívio cômico utilizando o nome Tiradentes como referência. Sam Paulo parece ironizar o discurso cívico dos militares, já que Sofrenildo ao procurar alguma homenagem, acaba numa situação ruim, perdendo os dentes.

Somente a partir da década de 1970 com a consolidação da repressão e dos instrumentos propagandísticos do regime a produção visual e artística foi de encontro com os meios de legitimidade do golpe. Existe um rico material de charges criticando a ditadura militar publicadas em periódicos. Pelo corte temporal deste trabalho não foram abordadas, deixo em aberto a possibilidade de pesquisa desse material.

No capítulo seguinte trataremos das diferentes facetas do herói através do caderno *Correio Infantil*, analisando e comparando como são apresentadas as diferentes formas de representar o herói num espaço dedicado às crianças que constituem os futuros cidadãos.

4 UM HERÓI PARA AS CRIANÇAS: TIRADENTES NO CORREIO INFANTIL

Aos domingos, o Correio do Povo publica um caderno infantil, *Correio Infantil: Histórias, Passa-tempos e Diversões Educativas*. Como o próprio título descreve, esse caderno procura divertir e educar, com textos, poemas, quadrinhos, charges e piadas que possuem alguma mensagem educativa em suas linhas. Na maioria das publicações do período é possível encontrar quadrinhos de Tintim de Hergé.

Existe espaço para contato com os leitores. O público infantil pode mandar textos para serem publicados no caderno infantil. Apesar da dedicação didática do caderno, existe pouco material abordando Tiradentes, em alguns anos, não qualquer publicação. O Correio Infantil não é um caderno desvinculado do restante do jornal, ou seja, não vêm em um caderno separado. O espaço do Correio Infantil é pequeno, ocupando apenas uma página.

No caderno infantil do Correio do Povo a temática acerca de Tiradentes é recorrente nas datas próximas das comemorações cívicas do 21 de abril. O espaço dedicado ao tema não é prioritário, dividindo-se entre charges, jogos e textos simples de outras temáticas. Nesse espaço do jornal, difere-se da *Ordem do Dia* publicações produzidas pelo exército. Assim as notícias e comentários de produção do Correio do Povo estão cobertas pelo manto da corrente jornalística do discurso da suposta neutralidade, enquanto no caderno infantil há abertura a textos mais opinativos. Algumas publicações são enviadas pelos leitores. Além do espaço, há brincadeiras com o herói cívico.

As crianças são a representação da renovação e do futuro, por conta disso torna-se importante imprimir no público infantil a imagem do herói. Para legitimar o poder é hipervelocitário eliminar a oposição e preparar as novas gerações. A partir da década de 1970 os militares investiram massivamente nas novas gerações com a publicação dos manuais de moral e cívica. O período aqui trabalhado concentra-se antes da solidificação dos aparatos tanto de repressão quanto de legitimidade do regime.

Em 25 de abril de 1965 foi publicado um pequeno texto abordando a Inconfidência mineira. O texto publicado não possui autoria; está no topo da página à esquerda, numa posição de destaque, apesar de ser o menor texto publicado na página, dividido entre quadrinhos de Tintim, poesias, um texto sobre espaço sideral, cruzadinhas e um texto enviado pelos leitores.

A linguagem é basicamente didática e semelhante à encontrada em livros escolares. Procura abordar a causa da revolta e os principais nomes envolvidos, evitando colocar a

responsabilidade pela revolta somente na figura de Tiradentes. O texto traça uma breve narrativa e definição da revolta através de pequenos tópicos com os títulos de *Inconfidência*; *Traição* e *Quem Foi*. Cada pequena parte aborda um aspecto: organização e influencia dos conceitos da Revolução Francesa; traição do movimento e a condenação de Tiradentes; uma pequena biografia do inconfidente. O texto é uma pequena e simples abordagem do movimento. A imagem de herói é ofuscada por um texto que busca apresentar objetivamente a Inconfidência Mineira.

Em nenhum momento, Tiradentes é apresentado como figura central, apenas como chefe de um movimento formado por outros grandes nomes que “escolheram como chefe José Joaquim da Silva Xavier, alferes de cavalaria chamado Tiradentes”.⁸⁸

Ao abordar a traição, o texto procura as motivações do ato, sem julgar.

A eclosão do movimento estava marcada para o dia em que os fiscais fossem recolher os impostos. Houve porém um traidor: Joaquim Silvério dos Reis, que por dever muito dinheiro ao governo, denunciou os inconfidentes ao governador, Visconde de Barbacena.⁸⁹

A condenação é apresentada como um ato demorado. “por ter assumido toda a responsabilidade, foi enforcado no dia 21 de abril de 1792 (após 3 anos de processo), no campo de Lampadosa no Rio de Janeiro.”⁹⁰ O texto apresenta a condenação e a morte como um longo processo que ocorreu como meio de não condenar os outros inconfidentes.

Na breve biografia de Tiradentes, ele não é apresentado como herói libertador que projetou a inconfidência. Os outros inconfidentes são apresentados com importância para a inconfidência mineira, descentralizando o movimento da figura de Tiradentes e traçando uma imagem de homem, não de um herói que nasceu com o destino de se tornar mártir. “Depois de trabalhar como vendedor ambulante, foi para o Rio, onde conheceu José Alves Maciel que acabava de chegar da Europa com a cabeça cheia de ideias de liberdade”.⁹¹

Tiradentes é apresentado como um homem que tinha um trabalho e que teve contato com as ideias de liberdade através de outro inconfidente. Em nenhum momento é empregado um léxico heroico, como *herói*, *mártir* e *mito*. Tiradentes é apresentado como um homem comum.

A publicação de 24 de abril de 1966 resume-se a uma pequena piada. Não há qualquer

⁸⁸ Correio do Povo, 25 de abril de 1965, p. 24.

⁸⁹ Idem, p. 24.

⁹⁰ Idem, p. 24.

⁹¹ Idem, p. 24.

texto, imagem de produção do Correio do Povo ou mesmo de produção dos leitores. Em 16 de abril de 1967, antes do feriado, o caderno infantil abordou em duas publicações o feriado que ocorreria ao longo daquela semana: o primeiro de autoria do periódico e o segundo enviado por uma leitora.

No canto inferior direito, encontramos pequenas publicações abordando as datas comemorativas de abril. Abaixo de cada data, segue-se um título e um pequeno texto apresentando o porquê da comemoração. A primeira data apresentada em grande título, *19 de Abril – Dia do Índio*, aborda como devemos respeitar os índios. Logo abaixo, em letras menores, *21 de Abril – Tiradentes: Sonho de Liberdade*, e, em terceiro lugar, *22 de Abril – Cabral: descobre nova terra*. Iremos nos atentar somente ao texto referente a 21 de abril.

Diferente da abordagem da publicação de 1965, o discurso presente no texto abusa de palavras que destacam a luta de Tiradentes contra Portugal. O personagem é apresentado como o libertador que sonhou e lutou para separar o Brasil do jugo português. Apresentaremos alguns excertos da publicação. “Dia 21 do corrente, vamos render homenagem a um dos maiores vultos que escreveu com sangue uma das mais belas páginas da História de nossa pátria: Tiradentes.”⁹² É interessante notar o emprego da palavra *sangue* como tinta para a escrita da história, reforçando a martirização de Tiradentes. Traz a imagem de ação na história. O segundo excerto apresenta as motivações.

Os livros escolares, todos eles, contam como Joaquim José da Silva Xavier, O Tiradentes (recebeu esse apelido porque era dentista), lutou com todas as suas forças para evitar que o Brasil continuasse sendo vítima, pois todo o ouro aqui encontrado ia para o governo lusitano. Cercou-se de valentes patriotas e organizou a famosa Inconfidência Mineira. Quando o movimento estava prestes a estourar, foi traído, denunciado por Silvério dos Reis.⁹³

Diferente da publicação de 1965, o discurso aqui surge mais inflamado, empregando termos como *vítima* para definir o colonialismo lusitano. Traz uma ideia de roubo das riquezas brasileiras pelos portugueses; não cita em nenhum momento o imposto cobrado. O líder absoluto do movimento é apresentado como sendo Tiradentes, que reuniu um grupo em torno de sua figura líder. O único outro nome citado além do próprio Joaquim José da Silva Xavier é daquele que denunciou o movimento.⁹⁴

Ao abordar o episódio da traição, as motivações, diferente da publicação de 1965, não são apresentadas. A traição é apresentada como um ato criminal “um nome que jamais será

⁹² Idem, p. 24.

⁹³ Idem, p. 24.

⁹⁴ Joaquim Silvério dos Reis, citado duas vezes ao longo do texto.

esquecido pelo crime que cometeu”.⁹⁵ Para finalizar o texto, o autor se direciona diretamente ao público leitor “Crianças, Tiradentes foi um mártir e morreu porque desejou um Brasil livre a exploração alheia.”⁹⁶

A estrutura da publicação busca elevar o herói que lutou contra a exploração lusitana construindo um texto onde emprega a luta de sangue contra um explorador. Empregam-se palavras mais duras, torna o texto diferente da publicação de 1965, a qual se buscava apenas apresentar a comemoração do feriado, enquanto esta publicação busca demonstrar a centralidade da figura do herói dentro da Inconfidência mineira; não cita qualquer outro participante além de Joaquim Silvério. Ao final, traz uma mensagem aos leitores: que não permitam que o Brasil volte a ser explorado.

Na segunda publicação, encontramos a contribuição de um leitor, um pequeno poema em homenagem a Tiradentes. Assim como o texto central, a ideia central é de um herói que nasceu para libertar o Brasil das *garras* de Portugal e garantir a felicidade do país, mas o movimento encontrou resistência na traição de um homem. Apesar de autorias diferentes, ambas as publicações seguem a mesma linha de heroísmo.

O hiato de 1966 traduziu-se numa visão completamente diferente da última publicação acerca de Tiradentes em 1965, aproximando-se do discurso de herói e próprio discurso militar. O primeiro texto exerce uma ideia de continuidade da luta contra os inimigos externos que ameaçam explorar o Brasil, no caso, seriam as forças subversivas, ou seja, o comunismo.

O dia 21 de abril de 1968 foi o caderno com maior riqueza de material acerca de Tiradentes. Não é toa, já que a data usual de publicação do Correio Infantil coincidiu com as comemorações de 21 de abril num domingo. A principal publicação é um texto que procura construir uma biografia de Tiradentes e conceder um legado às ideias de liberdade e república que se seguiram após sua morte. Apenas o mártir é lembrado; os outros envolvidos no movimento da Inconfidência Mineira não são sequer citados, nem mesmo Joaquim Silvério dos Reis.

Diferentemente da apresentação e análise das publicações vinculadas no Correio Infantil anteriormente, apresentaremos o texto integral dividido em parágrafos e comentados individualmente. O texto inicia-se com a projeção de qual memória os estudantes devem ter do mártir. O autor contesta a ideia de cultuar e respeita a figura de Tiradentes não apenas pela martirização, mas sim pelos seus atos e as consequências que o movimento inconfidente trouxe para o Brasil, traçando uma longa linha de revoltas e revoluções que teriam como

⁹⁵ Correio do Povo, 16 de abril de 1967, p. 23.

⁹⁶ Idem, p. 23.

gênese a Inconfidência mineira.

Vocês [os estudantes] não devem cultuar e respeitar a memória de Tiradentes somente pelo seu martírio e seu sacrifício. Isso é muito, sem dúvida. Mas o alferes Joaquim José da Silva Xavier, tem, para observação e respeito, a alta expressão do papel histórico que desempenhou na vida brasileira. Poucos homens terão possuído tamanha influência sobre os destinos da sua pátria como o humilde e glorioso inconfidente.⁹⁷

A seguir, o autor busca construir uma biografia dos últimos momentos de Joaquim José. No terceiro parágrafo do texto, o discurso toma um rumo contrário e pode-se dizer quase subversivo em relação à publicação da *Ordem do Dia*, presente no dia anterior na primeira página do Correio do Povo.

Preso, processado, julgado e enforcado no Largo da Lampanosa. Tiradentes subiu os degraus do patíbulo traçando o roteiro que deviam seguir os homens do Brasil. Isso é muito importante e é a faceta mais bela do mártir mineiro. Foi depois da sua morte que o ideal da Independência se robusteceu na consciência dos brasileiros. Notem bem que o a Inconfidência mineira não passou de uma simples conjuração de êxito duvidoso. Os que dela faziam parte não dispunham de armas, nem soldados. Tudo estava dependendo da propagando e do poder de convicção. Mas a inconfidência trazia no seu bojo a marca desses ideais que não morrem nunca, mesmo diante da força e da tirania.⁹⁸

É difícil afirmar que esse terceiro parágrafo seria uma forma de resistência publicada num caderno infantil relacionado à situação política com as comemorações cívicas de 21 de abril. No momento da publicação, a censura prévia do regime contra jornais, músicas, peças de teatro e outros meios ainda não havia sido declarada. É interessante notar que, diferente da *Ordem do Dia* publicada um dia antes – trazendo um discurso relacionando o soldado como continuador dos ideais de Tiradentes – esse texto educacional traça exatamente o contrário.

O texto afirma que a inconfidência não contou com qualquer militarismo ou armas para expressar as ideais de liberdade, assim “dela faziam parte não dispunham de armas, nem soldados [...] Tudo estava dependendo da propagando e do poder de convicção.”⁹⁹ E ainda conclui que “a inconfidência trazia no seu bojo a marca desses ideais que não morrem nunca, mesmo diante da força e da tirania.”¹⁰⁰ O léxico empregado no texto é muito interessante ao empregar palavras como *força* e *tiranía*. Além de referenciar o período colonial, também poderia ser empregado na contemporaneidade.

O texto segue com a continuidade do sonho de Tiradentes.

⁹⁷ Correio do Povo, 21 de abril de 1968, p. 34.

⁹⁸ Idem, p. 34.

⁹⁹ Idem, p. 34.

¹⁰⁰ Idem, p. 34.

Tiradentes levantou um marco na História. Vinte e cinco anos depois, Pernambuco se erguia de armas nas mãos para fazer, com sangue, a independência do Brasil. Foi em 1817.

Também os chefes desse movimento foram mortos. A figura de Tiradentes está presente entre eles. Vem, depois a luta do Recôncavo baiano. A reação desesperada e inútil dos portugueses insufla cada vez mais a alma dos brasileiros. O caminho estava aberto.

Trinta anos decorridos da morte do Inconfidente, o príncipe D. Pedro proclama a separação do Brasil da metrópole lusitana. Era o 7 de setembro de 1822. A figura do mártir está ainda presente. O seu papel histórico é admirável. Indivisível fisicamente entre os homens, seu espírito gulava a resistência contra os dominadores.¹⁰¹

Adotando uma construção semelhante ao discurso da *Ordem do Dia* publicada no dia anterior, dia 20 de abril, o texto traz a continuidade dos ideais de Tiradentes. As revoltas citadas e a própria independência do Brasil são apresentadas como herdeiras da Inconfidência Mineira, só que, ao invés do pacifismo, traz armas e sangue como meios de se obter as reivindicações dos movimentos.

Como referência temporal, cada revolta e a independência tomam a morte de Tiradentes como ponto de partida, por exemplo, a independência é apresentada como um ato que ocorreu “Trinta anos decorridos da morte do Inconfidente.”¹⁰² Segundo o texto, em todos esses momentos seu espírito estava presente guiando os homens. Tiradentes assume o simbolismo e a versão masculina e brasileira da deusa de seios nus do quadro *Liberdade Guiando o Povo*¹⁰³ de Eugène Delacroix.¹⁰⁴

O mártir de um ideal é sempre respeitado pela posteridade quando esse ideal é límpido e sagrado. Mas, esse respeito ainda é maior e mais alto, se o sacrifício do mártir faz despontar a consciência da sua pátria, levando-a, mais tarde, à vitória decisiva. Foi isso que se passou com Tiradentes. Ele teve o seu marcante papel histórico. Todos os povos têm os seus símbolos. O maior símbolo do Brasil é o inconfidente mineiro. Nenhum mais luminoso e mais completo. Apontado como infame pela justiça da sua época, Tiradentes teve a sua memória reabilitada pela pátria, quando foram vitoriosos os ideais de liberdade pelos quais morreu na forca, a 21 de abril de 1792. Ele não teve somente força dos iluminados – como acentuou um escritor ilustre – mas também a grandeza humana dos heróis. É necessário pois, que os estudantes do Brasil saibam compreender e interpretar o drama de Lampadosa no seu verdadeiro e justo sentido.¹⁰⁵

¹⁰¹ Idem, p. 34.

¹⁰² Idem, p. 34.

¹⁰³ Quadro “*La Liberté guidant le peuple*” de Eugène Delacroix de 1830. A pintura possui como figura central uma mulher de seios nus e pés descalços, passando por cima de diversos cadáveres, representando a liberdade, levando em uma mão a bandeira tricolor da Revolução Francesa e na outra mão um mosquete com baioneta. A pintura faz parte movimento romântico, marcando fim da era do Iluminismo. A figura feminina é usada como alegoria da Revolução Francesa, inspirado na Antiguidade, onde divindade femininas representavam ideias, valores e sentimentos.

¹⁰⁴ Ferdinand Victor Eugène Delacroix (1798-1863) foi um pintor francês do movimento do Romantismo. Teve uma educação erudita. A maioria de suas obras são de teor exótico e histórico, passando também pelos temas políticos.

¹⁰⁵ Correio do Povo, 21 de abril de 1968, p. 34

A publicação conclui que o maior legado de Tiradentes foi o sacrifício que mais tarde despontou em revoltas e na independência. Tiradentes é considerado o maior símbolo nacional pela reabilitação da liberdade defendida pelos inconfidentes.

Não podemos tomar conclusões de que esse seja um texto subversivo; o caráter de sua posição é muito interessante. Trabalha com a continuidade da liberdade como legado dos inconfidentes, aproximando-se da *Ordem do Dia* publicada no dia anterior e direciona o texto no mesmo sentido. Ao invés da *Ordem*, descarta o uso do exército, concentra-se nas revoltas sequer citadas pelo discurso produzido pela ditadura militar, atenta para que os ideais de liberdade “não morrem nunca, mesmo diante da força e da tirania.”¹⁰⁶

¹⁰⁶ Idem, p. 34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Ditadura Militar, em nome da segurança nacional, o Estado cometeu diversos crimes como tortura e censura. Apesar de uma situação tão delicada, no auge dos anos de chumbo, enquanto no interior dos prédios públicos os gritos de dor ecoavam, o Brasil passava pelo “Milagre Econômico”, fenômeno que fundamentava o regime lhe rendendo legitimidade. A maior parte da população apoiava o governo nesse período. Parte do processo que levou a um extensivo apoio da população foram os instrumentos de propaganda do governo, como músicas e slogans que exaltavam o país.

Entre as formas de tentar sustentar o regime, os militares se apropriaram dos símbolos cívicos que representavam a nacionalidade brasileira, lhes conferindo novo significado. Podemos notar isso com as interpretações relativas a Tiradentes.

O primeiro fato a se considerar ao analisar os diversos recortes que compreendem a visão construída em torno da mitologia inconfidente no Correio do Povo é considerar que a redação do jornal não está isolada do cenário político. Devemos considerar que nem todas as notícias, colunas e reportagens são de produção exclusiva do próprio periódico.

O uso do Correio do Povo tornou-se um meio de se analisar diversas interpretações e usos da imagem de Tiradentes durante o período. O periódico não representa um todo, mas sim como um apanhado de produções que completam o jornal publicado no dia.

Ao analisar o jornal, deve-se levar em consideração que nem todas as publicações presentes são de autoria da redação. Alguns comentários elevam-se a um status maior em relação a outros e possuem maior autonomia na produção de textos e expressão de opiniões em relação a outros da mesma redação.

É difícil descrever que um jornal tem determinada opinião. O jornal não opina; o interior da redação é um ambiente de trabalho complexo onde se necessita entregar uma nova edição a cada novo dia. Evidentemente, cada redator e cada jornalista precisam estar conscientes do modo como o jornal organiza-se e o tipo de texto que pode ser publicado.

As *Ordens do Dia* expedidas no Correio do Povo são produção militar. O discurso apresentado é característico dos militares, expressando-se de forma dura através de palavras de ordem. O exército encontrou em Tiradentes um militar fardado que morreu em nome de um projeto de nação; era o herói necessário para ser apropriado pelo regime. Nas *Ordens* percebe-se o uso de Tiradentes como herói fundador e o exército como continuador do projeto que falhou.

A Inconfidência Mineira formou uma lacuna da História; a revolta nunca ocorreu de fato; as lacunas são preenchidas com os militares, postos como herdeiros do projeto de liberdade dos inconfidentes. O sonho de Tiradentes tem continuidade através das forças militares. O golpe é uma proteção contra as forças subversivas, traçando um paralelo entre 1789 e 1964, ignorando o contexto histórico colonial e usando os personagens setecentistas no contexto da segunda metade do século XX.

Tiradentes é um símbolo que pertence à construção da cidadania brasileira. É um herói que além de alferes, teve origem humilde e foi representado na posteridade com uma imagem religiosa. Consiste em um herói fundador do conceito de liberdade e luta contra a dominação estrangeira. A apropriação militar usou dessa imagem da forma que achava necessário, relacionado o herói com as forças militares.

A visão de Tiradentes como herói sem falhas também se projeta sobre as outras publicações vinculadas no Correio do Povo, como o Correio Infantil. Diferente das Ordens, os textos não possuem as palavras duras dos textos militares; no entanto, Tiradentes também é expressado como herói, sem contradizer a História construída pelos republicanos.

Com o tempo, nota-se que essas publicações tornam-se cada vez mais heroicas; traçam paralelos entre o contexto contemporâneo com o período colonialismo numa uma continuidade. Alguns textos parecem desafiar a visão dura dos militares, mas sem fazer uma declaração clara e aberta ou criticando duramente.

A falta de qualquer retrato realizado em vida de Joaquim José da Silva Xavier rende aos artistas abertura para construir a figura de Tiradentes. As mais famosas pinturas são de Pedro Américo num conjunto de quadros que busca representar não o personagem histórico, mas sim o herói. Apesar da importância desses quadros e como formam o herói, surpreendentemente, nenhuma representação pictórica de Tiradentes foi utilizada no período estudado no Correio do Povo. Aborda-se a questão que a representação correta de um condenado a força seria sem cabelos ou barba; no entanto, nenhuma imagem é utilizada.

O próprio periódico é primordialmente textual, tem poucas imagens, geralmente relacionando a apenas algumas notícias – principalmente na coluna de notícias policiais, apresentando o retrato dos acusados – assim até mesmo no Correio Infantil não existe qualquer representação pictórica de Tiradentes.

O discurso acerca da Conjuração de 1789 está envolta por diversas características exaltadas à exaustão, enquanto outras são apagadas e esquecidas, conduzindo através de um discurso uma forma de constituir a memória do herói para

o cidadão, manipulando a imagem de acordo com a necessidade política do período, legitimando o herói no campo simbólico que constitui as relações entre os sujeitos.

A visão de um homem do povo que morreu por um ideal foi significativa para a elevação de um homem comum ser elevado ao panteão da pátria, lhe conferindo benesses e esquecendo características que poderiam comprometer sua imagem. Tiradentes é representado como um homem convicto, líder, que luta pela liberdade e contra os que se opõem a um Brasil independente. Um exemplo para o cidadão comum e para o exército.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.
- BALLAROTTI, Carlos Roberto. "A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade" In: *Revista Antíteses*, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 201-225 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/1946/%202194>> Acesso em 23 out 2012
- CARVALHO, Aline Fonseca; FURTADO, João Pinto. *A conveniência de um legado adequável: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2006 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/VCSA-6X4R73>> Acesso em 30 out 2012
- CARVALHO, José Murilo de. "Tiradentes: um herói para a República" in: *A Formação das Almas - O imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Desenvolvimento de la cidadania em Brasil*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Pintura, história e heróis no século XIX : Pedro Américo e "Tiradentes Esquartejado"*. Tese de Doutorado - UNICAMPI, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, SP : [s. n.], 2005. Disponível em: <<http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/919141-ARQ/919141.zip>> Acesso em 30 set 2012
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS. 1995.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. (s.c.): Record, 2004.
- _____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FVG, 1997.

FOCAS, Júnia Diniz. Discurso e sentido na Inconfidência Mineira. *Revista Conexão Letras* v. 2, n. 2, 2006 pp. 104-119 Disponível em: <<http://www.msmedia.com/conexao/2/cap8.pdf>> Acesso em 23 set 2012.

_____. "Inconfidência Mineira: Mediações Discursivas" *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, n. 2, p. 9-26, jan./jun. 2003 pp.09-26 Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0302/3%20art%201%20P.pdf>> Acesso em 23 out 2012.

FONSECA, Thaís Nívea de lima e. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2001.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. "A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mito"s (1930-1960)". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002 pp. 439-462 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14007.pdf>> Acesso em 24 set 2012

FURTADO, João Pinto. *Imaginando a nação: o ensino da história da Inconfidência Mineira na perspectiva da crítica historiográfica*. FAFICH, UFMG Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/imaginandoanacaoosinodahistoriadainconfidenciaineira.pdf>> Acesso em 15 out 2012.

GALVANI, Walter. *Um século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de D. Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social e status*. Rio de Janeiro. Zahar, 1967.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 15, n. 29. P. 9-27, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

ROSENFELD, Denis. Lições de filosofia política. Porto Alegre: L&PM, 1996.

SANTOS, Lúcio José. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948 (1873)

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jayme; PINSKY, Carla B. (orgs). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.